

Iniciativa Pró-Montado Alentejo

Praça D. Nuno Alvares Pereira, nº 3

7220-375 Portel (Edifício da Camara Municipal)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	604975
Entrada/ Cópia nº	280
Data	28/06/2018

Em Mão.

Exº Sr Presidente da

Comissão Parlamentar de Agricultura

Assembleia da República - Lisboa

25/06/2018

Assunto : Pedido de reunião urgente – Impacto das alterações climáticas no Montado de Sobro no Alentejo.

Ex.mos Senhores,

No passado dia 11-05-2018, foi constituída, em Grândola, por Protocolo Fundador, a "Iniciativa Pró-Montado Alentejo" que agrega um grupo composto por Produtores Florestais, Municípios da Região Alentejo, Associações de Defesa do Ambiente e Especialistas do Sector.

O seu núcleo fundador e lista de aderentes agrupam, para este efeito, capacidade e experiência suficientes no Sector em todos os níveis relevantes: instalação e produção; desenvolvimento e demonstração; investigação no terreno, ensino e ciência ; gestão, ambiente e político-administrativo.

Tem, esta "Iniciativa", opiniões muito claras, sobre o que se passa e se deve fazer (e com celeridade), relativamente aos Montados de Sobro e de Azinho no Alentejo.

Os seus "postulados" resultam da experiência no terreno e nos "Serviços", de dezenas de anos, têm suporte de base em documentação técnico-científica nacional e internacional e enquadram-se em recomendações de documentos oficiais do ICNF, da APA e do PANCD- Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação.

As alterações climáticas estão a pôr em causa a chamada Floresta "Multifuncional", predominante no Sul e, em especial, no Alentejo e no que respeita, sobretudo, ao Montado de Sobro que está a acusar os efeitos de 3 anos de seca seguida, aliada à persistência de temperaturas muito elevadas e á redução de humidade, resultando em níveis de desfoliação geral nunca vistos e múltiplas mortes em vários escalões etários.

Por isso redigiu carta ao Senhor Primeiro-Ministro, em 11-05-2018, solicitando-lhe audiência urgente e juntando documentos contendo um elenco de Políticas e Medidas necessárias e urgentes com incidência no curto e médio prazo.

A apresentação desta temática junto da Comissão Parlamentar de Agricultura justifica-se plenamente, em virtude das suas competências legislativas nesta área, bem como dos seus poderes de acompanhamento e fiscalização da actividade do Ministério da Agricultura, designadamente, no acompanhamento das políticas e medidas para as Florestas Nacionais.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Alusar a recepção, agradecer distribuir e agendar. 19/07/2018 A

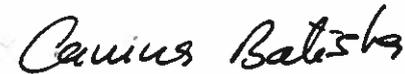
Estando em causa parar o avanço da desertificação no sul do País, a luta contra as alterações climáticas e opções de política nacional em termos da necessária "segmentação" da política florestal, ordenamento do território e de melhoria do balanço de carbono, estamos certos de que uma conversa transversal com os representantes dos Partidos Políticos presentes nessa Comissão poderá conduzir à obtenção de consensos fundamentais numa área tão importante como esta.

Para apresentar as nossas razões e "postulados", bem como esclarecer quaisquer eventuais dúvidas vimos, por este meio e devido à premente necessidade de tomada de decisões para acorrer a este problema, solicitar-vos uma reunião com carácter de urgência.

Subscrevemo-nos, entretanto, com os melhores cumprimentos,

A Comissão Coordenadora da "Iniciativa Pró-Montado Alentejo",

Município de Grândola,



Carina Batista – Vice Presidente

Município de Portel,



José Manuel Clemente Grilo – Presidente

Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza,



Nuno Miguel Oliveira Pegado de Matos Sequeira – Direcção Nacional

LPN – Liga para a Protecção da Natureza,



Eugénio Menezes de Sequeira - Presidente da Direcção Nacional



Francisco Avillez - Professor Emérito



José Manuel Charrua - Perito Florestal

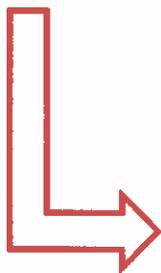
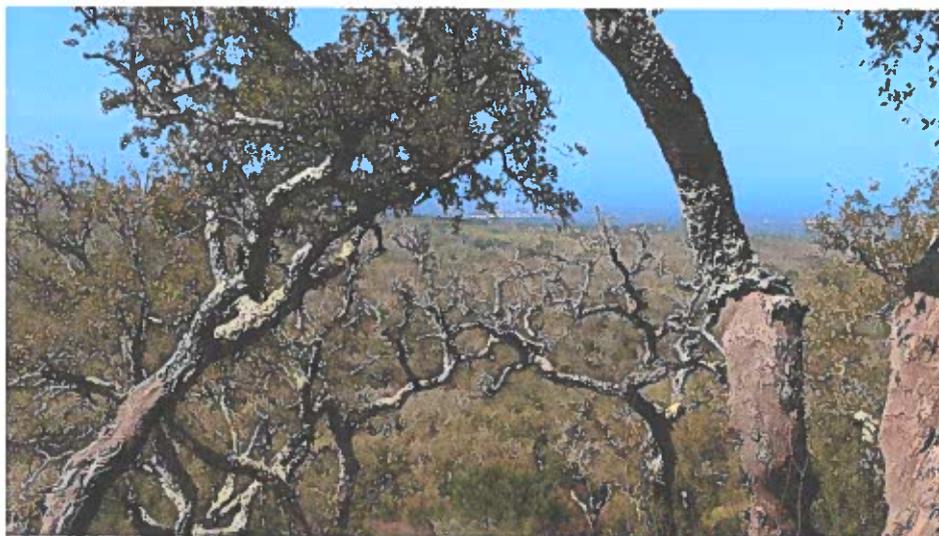


Luís Manuel Rodrigues Dias - Produtor Florestal

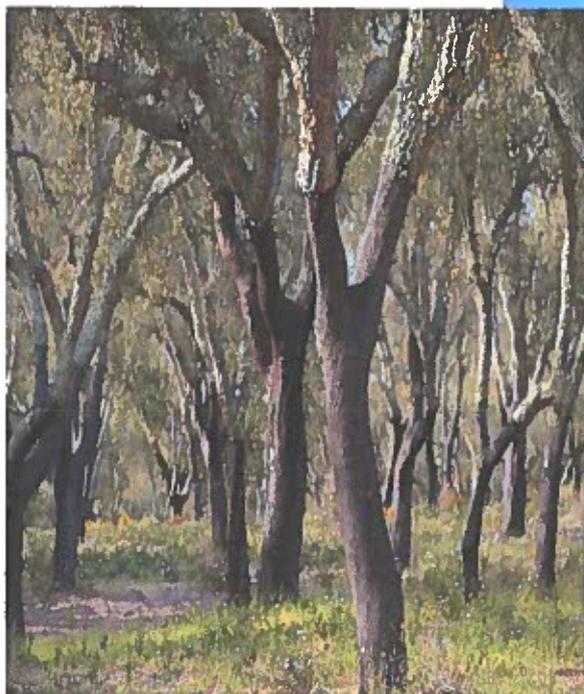


Pedro Teotónio Pereira Marques de Sousa - Gestor Florestal

“INICIATIVA PRÓ-MONTADO ALENTEJO” - Anexos



Defender o Montado de Sobro e Azinho...



...promovendo, activamente, a sua “Adaptação Climática” e
...e parando o **“Deserto”** a Sul !

Iniciativa Pró-Montado Alentejo
Praça D. Nuno Alvares Pereira, nº 3
7220-375 Portel
(Edifício da Camara Municipal)

Cópia
Recebi em
14/05/2018
Mariano, 25
[Handwritten signatures and initials]

Excelentíssimo Senhor Primeiro Ministro
do XXI Governo Constitucional
Dr. António Costa

[Handwritten initials: FA, Ant, and others]

Em mão.

11 / 05 / 2018

Assunto : Impacto das alterações climáticas no Montado de Sobro no Alentejo –
acções urgentes a tomar.

Senhor Primeiro Ministro, Excelência,

A “**Iniciativa Pró-Montado Alentejo**” é constituída por um grupo esclarecido e preocupado, composto por Produtores Florestais, Municípios da Região Alentejo, Associações de Defesa do Ambiente e Especialistas inquestionáveis do Sector.

Ao contrário do que se vem referindo e de forma sistemática em múltiplos locais e ocasiões, não existe apenas “**Uma Floresta**” em Portugal, como resultado da diversidade edafo-climática nacional.

As alterações climáticas estão a pôr em causa a chamada Floresta “**Multifuncional**”, predominante no Sul e, em especial, no Alentejo e no que respeita, sobretudo, ao Montado de Sobro que está a acusar os efeitos de 3 anos de seca seguida, aliada à persistência de temperaturas muito elevadas e à redução de humidade, resultando em níveis de desfoliação geral nunca vistos e múltiplas mortes em vários escalões etários.

Consideram os membros desta “**Iniciativa**”, não estar o Governo a dar sinais de uma correcta avaliação do risco (e gravidade) em que incorrem tais povoamentos florestais.

Mesmo (e naturalmente) com elevada concentração na questão dos incêndios que afectam, mais, a Floresta de “**Produção Lenhosa**” no Norte e Centro do País, não é possível continuar a ignorar-se os problemas das Pragas e Doenças que se vem acumulando e debilitando a imunidade do arvoredado com o deteriorar do clima, na

Floresta do Sul do País – autentico “fogo que arde sem se ver”, como bem refere a LPN-Liga para a Protecção da Natureza.

Incentiva, fortemente, esta “**Iniciativa**” a necessidade de oposição à opinião “em circulação” segundo a qual, o destino do Montado de Sobro do Alentejo é “transferir-se para Norte”.

Desde logo, porque mesmo que as alterações climáticas venham a criar condições à instalação do Montado, noutras regiões do País, o Alentejo não pode ficar como dum deserto se tratasse.

E, devendo-se notar, que a instalação de povoamentos mais resilientes ao fogo com base em “quercíneas”, no centro e norte do País, como meio de combate à propagação dos incêndios, de forma alguma prejudica ou é incompatível com a defesa do Montado no Alentejo.

O Alentejo possui a ampla maioria da superfície de Montado de Sobro e é responsável por grande parte do abastecimento corrente à indústria transformadora, realidade incontornável, que perdurará por muitos anos e que não é possível mistificar.

Indústria, esta, que tem realizado milhões de euros de investimento na sua modernização e na defesa intransigente da rolha de cortiça, no mundo inteiro e não pode ser privada duma cadeia de abastecimento estável e eficaz no curto, médio e longo prazo.

E porque, conceder nisto, sem desenvolver iniciativas e programas, com escala suficiente, que promovam a “**adaptação climática**” do Montado de Sobro e Azinho, é apoiar a desflorestação do Alentejo, com consequências devastadoras na coesão económica e social e no meio ambiente desta Região.

Ao mesmo tempo, pôr-se-ia em causa o fornecimento de matéria-prima à indústria, sabendo-se que novas florestações, mesmo que venham a ter uma dimensão muito expressiva, levarão 30 a 40 anos a dar resultados práticos, em termos de rendimento à produção e de cortiça de qualidade à transformação.

Relembra-se, a propósito, que a “**Cortiça**” faz parte da marca “**Portugal**”.

Nada fazer seria, também, potenciar a entrada e o avanço do deserto do Saara, Portugal adentro e sem qualquer barreira !

Cumpra á “**Iniciativa Pró-Montado Alentejo**”, constituída por pessoas e entidades com experiencia e vivência no sector e nas regiões mais afectadas pelas alterações climáticas, de acordo com os seus princípios fundadores e a respectiva fundamentação, contantes de documentos em anexo a esta carta, propor ao Governo, desde já, que :

→ A FA de [illegible]

- Se evite, em discursos oficiais, a referência à Floresta portuguesa como "única" ou homogénea, sob pena de se obterem resultados contraproducentes ou ineficazes ;
- Opte pela promoção activa da **adaptação** dos Montados actuais do Alentejo, às "alterações climáticas", pelo estímulo a acções de recuperação de solos e de adensamento florestal .

[Handwritten signature]

Para tal será necessário, designadamente :

- Tornar o PDR (o que resta) num instrumento efectivo para o efeito, libertando-o de freios político-administrativos estéreis e lançando, de imediato, um concurso específico na Medida ambiental respectiva (815) para o Alentejo e o seu Montado ;
- Fazer, do novo PROF-Alentejo, um instrumento de ordenamento que incorpore a vertente "alterações climáticas", na sua verdadeira dimensão ;
- Passar a incluir, já no novo período de programação, programas contínuos – e estanques- de suporte ao Montado de Sobro e de Azinho ;
- Ponderar o peso que as Florestas (incluindo a "Multifuncional") devem ter no Orçamento de Estado, hoje, em termos de PDR, limitado a apenas 0,015 % do mesmo !

O Governo deverá assumir, a partir de agora, uma política de defesa da Floresta Multifuncional como instrumento essencial para **parar o avanço da desertificação**.

Uma "barreira" que tem de ser construída a Sul.

Esta Política de "defesa nacional" de natureza florestal e climática (mas também de ordenamento, social e económica) irá ajudar a sustentar as ambições de Portugal quanto à meta da neutralidade carbónica.

Para melhor exposição deste assunto vimos pela presente, solicitar a Vossa Excelência, audiência com carácter de urgência.

Sem outro assunto, apresentamos os protestos da mais elevada consideração,

Município de Grândola

[Handwritten signature]

(António Jesus Figueira Mendes – Presidente)

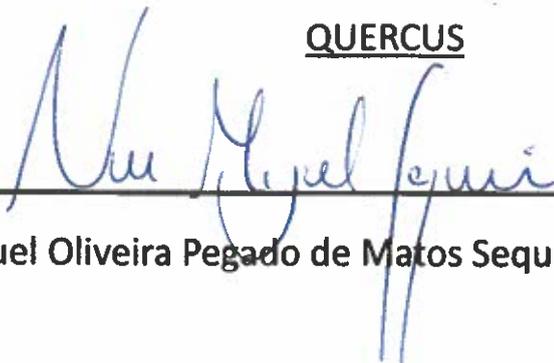
Município de Portel



(José Manuel Clemente Grilo – Presidente)

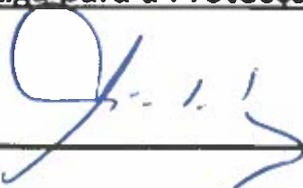
...

QUERCUS



(Nuno Miguel Oliveira Pegado de Matos Sequeira – Direcção Nacional)

LPN-Liga para a Protecção da Natureza

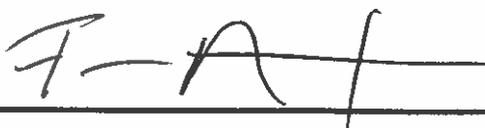


(Tito Joaquim da Silva Rosa – Presidente da Direcção Nacional)

...



(Fernando Manuel van Zeller Jones da Silva – Engenheiro Agronomo/Gestor)



(Francisco Avillez - Professor)



(Jorge Nunes – Presidente do Credito Agrícola Costa Azul)



Jose Mira Potes

(José Mira Potes - Professor)

...

Produtores e Gestores Florestais :

António Manuel Gonçalves Rocha

António Manuel Gonçalves Rocha

António Maria Lince

António Maria Lince

Edite Moura Botelho

Edite Moura Botelho

Francisco de Almeida Garrett

Francisco de Almeida Garrett

C. P. Carlos D' Orey

Carlos D' Orey

Luís Manuel Rodrigues Dias

Luís Manuel Rodrigues Dias

Pedro Teotónio Pereira Marques de Sousa

Pedro Teotónio Pereira Marques de Sousa

Anexos :

I – “Iniciativa Pró-Montado Alentejo” / Exposição de Motivos ;

II – “Iniciativa Pró-Montado Alentejo” / Acções a Tomar ;

III – LPN – Carta e posição da LPN-Liga de Protecção da Natureza sobre PDR e medida ambiental 815 de 23-05-2017 ;

IV – Protocolo Fundador da “Iniciativa Pró-Montado Alentejo” ;

V – “Iniciativa Pró-Montado Alentejo” / Listagem de Promotores e Aderentes ;

VI – Análise Crítica e Parecer, sobre o projecto do novo PROF-Alentejo de 16-02-2018 ;

VII – Fotos ilustrativas do impacto das alterações climáticas nos vários Montados/Concelhos – Abril de 2018 ;

VIII – Artigos técnico-científicos conexos ;

IX - Demonstração empírica - fotos ilustrativas de Postulados para “Adaptação Climática” do Montado.

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Exposição de Motivos

Anexo I

A "Iniciativa Pró-Montado Alentejo" é constituída por um grupo esclarecido e preocupado, composto por Produtores Florestais, Municípios da Região Alentejo, Associações de Defesa do Ambiente e Especialistas do Sector.

Consideram os membros desta "Iniciativa", que este Governo não está a dar sinais de fazer uma correcta avaliação do risco (e gravidade) em que incorrem os povoamentos florestais do sul do País.

Em especial os Montados de Sobro, considerando o impacto, já acumulado, das alterações climáticas em curso, que culminou com o inédito período de mais de 3 anos de seca sucessiva no Alentejo.

Mesmo sendo verdade que a combustibilidade da floresta "multifuncional" é algo inferior à dos povoamentos florestais que dominam o centro e o norte de Portugal (floresta de "produção lenhosa"), tal risco não é de negligenciar no sul (vide fogos de 2003 em que arderam 426.000 hectares, dos quais parte não negligenciável de montado de sobro).

Além disso e parafraseando a LPN-Liga da Protecção da Natureza (em ofício, sem resposta, dirigido à Tutela em Maio de 2017-anexo III) lavra no Alentejo "um fogo que arde sem se ver", ou sejam, as pragas e doenças que encontram terreno fácil, devido ao súbito agravamento da situação climática no Alentejo, em particular no litoral, no seu interior-sul, nas Serras e nos solos fracos de charneca.

Não podem, também, os subscritores desta "Iniciativa Pró-Montado Alentejo", deixarem de se sentir muito descontentes quando se vem afirmando, junto da opinião pública, de forma simplista e subavaliadora dos riscos, que "poderemos vir a ter mais de uma seca e meia por década".

Pois, constata-se, facilmente, que a partir de 1990, tivemos 3 secas por década, no Alentejo, com a particularidade de irmos a $\frac{3}{4}$ desta década e já termos atingido esse valor... e em sequência!

Também é do domínio público que os valores anuais de pluviometria não "explicam" tudo o que está a acontecer ao Montado (definhamento, claudicação e morte de algum arvoredos em produção e que, recentemente, em 2017, se estendeu a elementos jovens).

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Exposição de Motivos

Com efeito, os "períodos secos" (o corrente ano pode considerar-se uma excepção à regra) têm-se estendido do início de Abril a Dezembro, associados a temperaturas agora mais altas (e humidades relativas mais baixas) em Maio e em Setembro e a um maior número de dias anuais com estas características, muito prejudiciais para o Montado de Sobro.

Também para o Montado de Azinho e para o Pinheiro Manso (que vai resistindo mas deixa de produzir pinhas, sendo, também, vítima de várias pragas...).

E não se pense que a chuva que, felizmente, surgiu a partir de Março de 2018 resolveu o problema.

Basta circular nas estradas e verificar a desfoliação – a nível nunca vista – dos sobreiros que tentam resistir ao agravar da agressão climática dos últimos 3 anos.

Assim, ao mesmo tempo que se vai dizendo que ninguém (por parte da comunidade científica/meteorológica) garante que a cada período de 3 ou 4 anos de seca, suceda o mesmo em anos seguintes, começam certos e tais "meios" a referirem nos "media" que bom será "*o Montado de Sobro do Alentejo migrar para norte*".

A atentar na falta de atenção que o Montado de Sobro tem no actual Quadro Comunitário de Apoio, o Ministério da Agricultura parece estar a navegar nessa frequência de onda.

O que não se entende, porque:

- 1 – O Alentejo é, de longe, o repositório principal do fornecimento de cortiça do País, sendo, naturalmente, o Montado de Sobro o seu principal povoamento florestal ;
- 2 – O Alentejo, na sua extensão, é a barreira natural à entrada do deserto Saara em Portugal – esquecer isto é expor meio Portugal à desertificação ;
- 3 – Mesmo que as alterações climáticas venham a potenciar a instalação de povoamentos de Montado de Sobro, em áreas muito expressivas na zona centro e norte, os resultados práticos, em termos de rendimento para os produtores e de cortiça de qualidade para a indústria a jusante, demorarão cerca de 30 a 40 anos a aparecer ;

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Exposição de Motivos

4 – A Floresta "**multifuncional**" – clarissimamente predominante no Alentejo - garante a paisagem, a biodiversidade, o emprego da mão de obra mais bem paga do campo e o produto "**cortiça**" que faz parte da "**marca**" Portugal.

Não se entende, assim, a falta de atenção dada à Floresta do sul do País.

Mesmo com o flagelo dos fogos, mais a norte.

Flagelo, esse, que se poderá propagar, passando a ter mais intensidade, a sul, se houver claudicação e conseqüente abandono dos montados.

A versão colocada á discussão pública do PROF-Alentejo (cuja análise e critica, no âmbito dum fórum da Universidade de Évora, contribuiu para esta iniciativa "**Pró-Montado Alentejo**") é, em sim mesmo, muito "**soft**" no que respeita à cenarização da evolução negativa do clima no Alentejo, dado se basear em dados climáticos entre 1971 e 2000, aparentemente, por serem os únicos disponíveis no modelo de evolução climática.

Porém, mesmo com a sua "**base soft**", esta versão do novo PROF-Programa de Ordenamento Florestal do Alentejo, evidencia, claramente, riscos acrescidos para o Montado de Sobro, em particular nas latitudes abaixo de Alcácer do Sal e a 20 kms para o interior a partir da orla marítima, para as próximas décadas.

Ignorar tudo isto é muito incompreensível, se atendermos que tudo o que havia para dizer sobre o Montado já foi dito e redito.

E sobre a vocação florestal do País...

A título de exemplo, o relatório Porter, o importante estudo florestal promovido pelo primeiro Governo do Eng.º António Guterres que conduziu ao (eficaz e bem gerido) III QCA e as ENPF's (Estratégia Nacional para as Florestas) de 2006 e 2015.

Já nem falando do compromisso "**neutralidade carbónica**", entretanto assumido para Portugal.

Fora, todas as advertências doutros Planos nacionais (Exº PNAC-Plano Nacional para as Alterações Climáticas e PANCD-Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação).

Outro mau sintoma é, cada vez que se fala, publicamente, em "**floresta**", se menciona a nova legislação, os fogos, a limpeza forçada,..., em suma, não se

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Exposição de Motivos

compreendendo a segmentação da floresta nacional em, essencialmente, 2 realidades distintas e com problemas distintos :

- 1 – A floresta de **produção lenhosa**, predominante no centro e norte ;
- 2 – A floresta de **utilização multifuncional**, predominante a sul .

Ambas com problemas graves. É certo.

No que respeita à Floresta "**multifuncional**", sabe-se que o agravamento do clima vem, sucessivamente, debilitando "*o sistema imunitário do arvoredor*", no sul do País, facilitando a sua claudicação perante ataques oportunistas de pragas, também estas grassando devido à alteração do perfil climático. E da globalização.

Mas, também se sabe, há bastantes anos, o "**remédio**" para estes problemas.

No fundo, as medidas elencadas há 2 décadas e que visavam, nomeadamente, o estímulo das quercíneas (típicas da floresta multifuncional) e o seu apoio, devido à conhecida falta de rentabilidade directa e em tempo, são as mesmas, com alguns ajustamentos, actualizações e, sobretudo, urgência, pois trata-se, agora, de apoiar tão "*simplesmente*" a SOBREVIVENCIA das mesmas.

Porque ainda não chegámos, na maior parte das zonas, ao ponto crítico de abandonar o Montado, ou substituí-lo, massivamente, por uma resinosa a compasso razoável que promova alguma paisagem (e nenhum proveito directo), o que poderia /deveria ser feito se o clima, todos os anos, em definitivo, passasse a propiciar apenas 300-400 mms de chuva...

É, tempo, portanto de "**Adaptação**" climática do Montado de Sobro e de Azinho no lentejo.

Sem equívocos e de forma maciça e determinada.

Pois, estamos, sim, no ponto de sermos "*obrigados*" a estimular o arvoredor com investimentos expressivos em medidas culturais que aumentem a matéria orgânica, o reforço mineral dos solos e o adensamento do arvoredor, fechando clareiras para fomentar microclimas benéficos e protegendo os solos, ajudando a suportar, assim, as variações climáticas, agora mais acentuadas e que vão (bastante) para além simples da evolução negativa da pluviometria.

“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” – Exposição de Motivos

No caso do “adensamento”, com ajuda eventual (e inovadora) de suporte de rega gota-a-gota, onde tal for minimamente viável, para a sobrevivência das plantas jovens até á idade adulta.

Mas, como se referiu, quase tudo isto não é novo.

E até, “quase tudo” (as acções necessárias) está, precisamente, integrado numa medida EXISTENTE no PDR Florestal, a medida 815, que se chama (e judiciosamente) “Melhoria da resiliência e valor ambiental da floresta”.

Sendo o PDR o único instrumento de política florestal verdadeiramente “preventivo” à disposição do governo desde 2015 e as alterações climáticas especialmente gravosas a sul – foram 3,5 anos de seca no Alentejo – não se percebe o desinteresse que a tutela tem dedicado ao mesmo, senão vejamos e apenas focando-nos na medida “ambiental” 815:

1 – Apenas 2 concursos, para novas intenções de investimento, foram emitidos desde 2015 até hoje, com valor total minimalista (para não dizer marginal) de 18,2 milhões de euros;

2 – Aplicação de critérios de exclusão e motivação de afastamento de produtores, designadamente, impondo aos montados “pertencerem a ZIF- Zonas de Intervenção Florestais” (figura jurídica concebida para o Norte do País), herança, é certo, do executivo anterior, mas que este governo, não só não corrigiu, como em Junho passado agravou e sobremaneira;

3 – Total insuficiência da reprogramação do PDR (de final de 2017 e Março de 2018) com, e designadamente, a medida 815 a evoluir positiva, mas de forma muito limitada, dum orçamento de 60 para 90 milhões de euros, sabendo-se (desde 2016) que a respectiva “procura” foi superior a 240 milhões de euros, apenas no primeiro dos concursos.

Tudo isto, como referido, anteriormente, com sintomas visuais claros de necessidade de intervenção, quer por mortes crescentes de árvores, em todos os escalões etários, quer por desfoliação generalizada e progressiva e – se não fosse a recente chuva providencial – provável desamparo fortíssimo no abastecimento, em 2018, da indústria da cortiça que tanto tem investido para defender a rolha natural e a imagem do próprio País.

Estivemos pois à beira dum problema de abastecimento potencialmente muito grave, caso a seca, no Alentejo se prolongasse para o 4º ano.

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Exposição de Motivos

Há-que, pois, aprender "a lição ambiental" e prevenir o futuro.

Nos termos que se propõem, em documento seguinte (anexo II)

...

Estes assuntos serão melhor expostos e desenvolvidos em audiência solicitada por carta (da qual este texto é primeiro anexo) junto do Sr. Primeiro Ministro e na qual estarão representado membros de cada um dos 4 Sub-grupos : Produção Florestal e Camaras Municipais do Alentejo ; Associações do Ambiente e Especialistas.

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Acções a Tomar

Anexo II

A **"Iniciativa Pró-Montado Alentejo"** é constituída por um grupo esclarecido e preocupado, composto por Produtores Florestais, Municípios da Região Alentejo, Associações de Defesa do Ambiente e Especialistas do Sector.

Na **"Exposição de motivos"** (anexo I) que levou à sua constituição ressalta à evidência a necessidade de promover a **"adaptação"** do montado às alterações climáticas – as quais evidenciaram entre 2015 e 2018 uma brusca modificação e/ou aceleração -, que põem em causa a sobrevivência do mesmo, elencaram-se as acções essenciais para tal desiderato.

Os promotores da **"Iniciativa"** consideram essencial a sensibilização do Governo em geral, e do Senhor Primeiro Ministro em particular, para a problemática do montado no Alentejo, cuja sobrevivência está em causa, a não serem tomadas medidas e acções urgentes da natureza das que elencaram na **"Exposição de motivos"**, de entre as quais, cuja adopção urgente requerem:

1 – Como função correctiva imediata, o lançamento de um concurso regional, especificamente para o Alentejo, na Medida 815 (Melhoria da resiliência e valor ambiental da floresta), com valor minimamente adaptado às circunstancias e áreas mais prementes (na ordem dos 60 milhões de euros):

1.1 – Concurso esse (e futuros) sem restrições **"artificiais"** de natureza político-administrativa, entenda-se bem, a alteração da fórmula da VGO-Valia Global da Operação de forma a incorporar a verdadeira motivação AMBIENTAL da medida, excluindo-se, portanto, critérios disruptivos e inconsequentes, como a imposição de pertença a **"Zif"**-Zona de Intervenção Florestal;

1.2 – Rever a parametrização da **"VGO"**, para adoptar, em novos concursos da medida de adaptação ambiental **"815"**, critérios **"sólidos"** de pontuação e hierarquização das candidaturas já existentes e vindouras como:

1.2.1 **"VA-Valia Ambiental"** geral do Projecto - 60% (considerando o nível e profundidade de proposta de investimento, na nutrição, correcção e estruturação do solo em sobcoberto florestal);

1.2.2 **"RN"**-Inclusão em zonas interiores, susceptíveis de desertificação e na Rede Natural de áreas protegidas - 20% ;

→ RA

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Acções a Tomar

1.2.3 "AD"-Adensamento (estimulo a acção de ensombramento, com impacto ambiental especialmente relevante, abrindo a elegibilidade do uso de rega gota-a-gota, onde tal for viável) - 15% ;

1.2.4 "CGF"-Certificação Florestal (regresso a valor "normal", para o efeito, de 5% - não sendo a CGF, variável critica para o Montado) .

1.3 – Definindo o Montado de Sobro, como povoamento florestal elegível prioritário para intervenção e suporte. E, em complemento, o Montado de Azinho e Pinhal Manso;

2 – Ponderar prioridades orçamentais globais e o peso, no Orçamento de Estado, que o suporte ao Investimento nas várias "Florestas" deve ter, face às alterações climáticas, e que, na actualidade, é muito limitado !

2.1 - Naturalmente, que temos de alertar o Senhor Primeiro Ministro para o facto do PDR ter, em si mesmo, um orçamento de 502 milhões de euros, para cerca de 6 anos de duração.

Para 3,15 milhões de hectares, das várias florestas, não são mais do que 26 euros por hectare/ano de ajuda pública.

Na qual o Governo português investe "apenas" 13,3 milhões de euros anuais.

Ou seja pouco mais do que 4 euros por hectare...

Tudo isto, muito insuficiente para suporte a cerca de 35 % do território nacional e numa actividade que tantos bens colectivos proporcionam.

Ainda mais, no caso da Floresta de Utilização Multifuncional predominante no Sul do País.

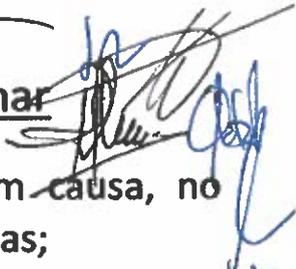
Se as Florestas são (ou passaram a ser), realmente, prioridade deste Executivo, porquê dedicar-lhe no instrumento de Política "PDR" menos de 0,015 % do Orçamento de Estado?

2.2 - Claro que não é possível reforçar a componente comunitária, sabemos, todos, isso.

Mas seria uma iniciativa positiva, adicionar cerca de 133 milhões de euros/ano, nos próximos 3 anos.

E garantir um PDR, na sua globalidade, próximo de 900 milhões de euros.

A 777





"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" – Acções a Tomar

"Montado de Sobro", cuja sobrevivência está a ser posta em causa, no Alentejo, situação devida, em larga medida, às alterações climáticas;

- É necessário encarar essa problemática e implementar medidas adequadas, de natureza técnico-científica e financeira, para "adaptação climática", tendo em vista o apoio e a manutenção do **"Montado de Sobro e de Azinho"**, como valor de relevância nacional em termos de produtos e como parte da nossa identidade nacional;

- A **"Iniciativa Pró-Montado Alentejo"**, recém-criada, manterá a monitorização do problema, será proponente de soluções adaptativas e vigiará a sua aplicação;

- **O Alentejo não pode ser desarborizado**, sob pena de se tornar um deserto e do mesmo se estender País adentro.

...

Estes assuntos serão melhor expostos e desenvolvidos em audiência solicitada por carta (da qual este texto é segundo anexo) junto do Sr. Primeiro Ministro e na qual estarão representado membros de cada um dos 4 Sub-grupos : Produção Florestal e Camaras Municipais do Alentejo ; Associações do Ambiente e Especialistas.

Exmo. Senhor
Ministro da Agricultura, Florestas e
Desenvolvimento Rural
Praça do Comércio
Lisboa

Lisboa, 25 de maio de 2017

N.Refª.2017.73.TR
Assunto: PDR 2020

Excelência,

Caro Sr. Luís Raposo

A Liga para a Protecção da Natureza - LPN, mais antiga Organização Não Governamental de Ambiente, tem pautado toda a sua estratégia de conservação e protecção da Natureza e desenvolvido ao longo de toda a sua vida inúmeros projetos de conservação, alguns reconhecidos internacionalmente, através do fomento de parcerias com agricultores, produtores florestais ou gestores de zonas de caça, autarquias e outras comunidades locais. O exemplo, que não é único mas é, decerto, o mais emblemático é o da Zona de Protecção Especial (Rede Natura) de Castro Verde onde há mais de 20 anos se faz conservação das aves estepárias assente numa agricultura sustentável.

Este posicionamento da LPN decorre do reconhecimento que fazemos da importância da agricultura, desenvolvida com práticas de gestão de solos, água e biodiversidade adequadas, ser um dos melhores mais consistentes e duráveis instrumentos para recuperar ou manter ecossistemas relevantes, permitindo também gerar riqueza e trabalho nos territórios rurais e, deste modo, contrariar as tendências gravosas da desertificação.

Por estas razões os instrumentos de política pública, tais como a Política Agrícola Comum ou os Programas de Desenvolvimento Rural, são essenciais para promover o objectivo que referimos e, conseqüentemente, a própria conservação da natureza.

Foi neste contexto que aplaudimos o desenho da Medida 8.1.5 do atual PDR2020 porquanto os seus objectivos assentam, de forma muito relevante e objetiva, na protecção de *habitats*, promoção da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas e promoção dos serviços dos ecossistemas.

Associados da LPN, produtores florestais em montado de sobro, alertaram-nos para os efeitos negativos que os critérios de avaliação e pontuação das candidaturas da Medida 8.1.5 tem gerado, criando situações em que intervenções que visam exactamente os objectivos da Medida já referenciados e, além do mais, com sistemas de gestão sustentada devidamente certificados, são preteridos por efeito de aplicação de critérios administrativos que na área do Montado nem sequer são relevantes (referimo-nos ao critério ser ou não ZIF).

A LPN interessou-se pelo assunto e coloca à consideração e ponderação de V. Ex^a o Parecer que anexamos.

A LPN reconhece ao Montado de Sobro uma grande relevância como ecossistema de alta valia ambiental e de promoção da biodiversidade e alerta para o autêntico “fogo que arde sem se ver” que vem consumindo este sistema com consequências gravosas ambientais, económicas e sociais. Neste contexto somos *stakeholders* de uma projeto LIFE, apoiado pela União Europeia, que visa exatamente avaliar as consequências das alterações climáticas sobre o Montado de Sobro e Azinheira e alterar práticas de exploração.

Também enquanto Presidente atual da Associação para uma Gestão Florestal Responsável, a qual promove em Portugal a aplicação do Sistema de Certificação FSC, *Forest Stewardship Council* a LPN encontra-se empenhada em que as explorações que aplicam as práticas sustentáveis reconhecidas pelo FSC vejam no sistema de incentivos públicos uma discriminação positiva adequada e consistente.

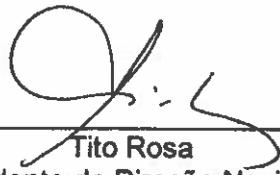
Excelência,

Temos a certeza que V. Ex^a será sensível ao assunto que trazemos à sua ponderação, agradecendo antecipadamente o seu empenho e atenção.

Por fim sobre o tema “agricultura, conservação da natureza e as novas políticas para o sector”, solicitamos a V. Ex^a que nos disponibilize algum tempo numa audiência, cuja oportunidade de marcação deixamos à sua consideração. Estamos convictos que poderemos ser um parceiro útil na definição de instrumentos que, promovendo a agricultura, garantam mais sustentabilidade, melhor Natureza.

Queira V. Ex^a aceitar os protestos da nossa mais alta consideração,

Com estima pessoal



Tito Rosa
Presidente da Direção Nacional

PARECER

SOBRE AS CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO DO CRITÉRIO DE MÉRITO DAS CANDIDATURAS NO ÂMBITO DA MEDIDA 8.1.5 DO PDR2020

Nota de enquadramento

A Questão Ambiental é uma das questões mais importantes dos nossos sistemas florestais.

A Floresta Nacional tem estado sujeita á pressão de múltiplos fatores, bióticos e abióticos, no decurso das alterações climáticas e da globalização, e, também de uma insuficiente ou incorreta gestão no passado, esta, como se sabe, em resultado de evoluções sociais e económicas que atravessaram a floresta e os territórios florestais há várias décadas.

A par das pragas e doenças, os incêndios florestais vieram, de forma substantiva, agravar o problema tanto mais que os seus efeitos são, direta e indiretamente gravosos para o clima e para a biodiversidade. Se os incêndios florestais são, sobretudo nas áreas de povoamentos ou sistemas mistos com base em pinheiros ou eucaliptos uma constante, na área dos sistemas agro-florestais e no Montado de Sobro em particular, existe um outro "fogo que arde sem se ver", silencioso e recorrente; referimo-nos à acelerada degradação do Montado, designadamente como resultado das sensíveis alterações climáticas verificadas e em evolução também ela acelerada.

Esta ocorrência é de consequências tão gravosas ou ainda mais, porquanto o território ocupado pelo Montado é muito significativo, o Montado é a base de uma das mais importantes fileiras económicas do País e, ao mesmo nível de relevância, porque o Montado é um dos mais *performantes* ecossistemas na óptica da integração dos factores de sustentabilidade e um dos mais ricos territórios em biodiversidade.

Neste enquadramento foi muito positivo que o desenho do PDR2020 tivesse incluído uma Medida (8.1.5) destinada a melhorar a resiliência e o valor ambiental das florestas. Recorde-se, porque muito relevante, que os investimentos desejáveis para apoio público no quadro desta Medida (artigo 13º da Portaria 274/2015) se inserem nos seguintes domínios: proteção de *habitats*, promoção da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas e promoção dos serviços dos ecossistemas.

Alguns comentários à forma adoptada para promover e seleccionar candidaturas na Medida 8.1.5

Basicamente, sem prejuízo de se compreender os fortes constrangimentos a que a gestão está sujeita não apenas por causa do enquadramento jurídico-regulamentar mas também porque foi herdeira de transição de grande número de candidaturas entre programas, apontam-se duas debilidades mais relevantes no sistema de concursos ocorridos:

- 1) Em primeiro lugar as relativas diminutas dotações orçamentais colocadas em concurso, face à procura reduzem substancialmente as possibilidades de apoio, concentrando este num número relativamente restrito de aprovações. Não havendo restrições orçamentais, pelo menos ao nível da dotação atual do Programa, designadamente, da componente de financiamento nacional, não se entende bem a vantagem de assim gerir os recursos.

- 2) O critério de Valia Global da Operação, o qual expressa o mérito da candidatura, no contexto dos objectivos da Medida e das especificidades, já referidas, dos investimentos preferenciais, integra um factor de preferência e valorização que em pouco ou nada tem a ver com a qualidade dos investimentos e das práticas de gestão a que o artigo 13º se reporta. Referimo-nos à qualidade do proponente estar ou não incluído numa ZIF. Esta opção, que no limite se pode compreender e apenas numa perspectiva meramente de orientação política, quando aliado a um pacote de recursos muito limitado e a um elevadíssimo número de candidaturas tem como consequência que apenas são passíveis de apoio as candidaturas que cumprem integralmente todos os factores incluindo serem ZIF ou, mesmo, que sejam apoiadas candidaturas que não sendo, por exemplo certificadas, ou sejam mas não cumprem regras de gestão adequadas à promoção dos objectivos para que a Medida existe, tenham prioridade só porque tem o estatuto administrativo de ZIF.

Ainda assim, poder-se-ia dizer que o inconveniente não era substantivo não fora o caso, que não podemos negar, que as fileiras florestais são muito diferentes, desde logo pelo perfil específico das espécies, mas também pela forma de ocupação do solo e, *last not least*, pelo seu valor intrínseco de biodiversidade e valia ambiental.

Nestas circunstâncias está a Floresta de Sobro. Acresce ainda que, sendo a dimensão média das unidades de gestão do Montado muito superiores às médias existentes noutras fileiras predominantes em zonas de minifúndio, permitindo estruturar unidades económicas com gestão adequada, alguma rentabilidade e sustentabilidade, nem faz sentido a constituição de ZIF a não ser por exemplo, para cumprir mais um critério administrativo na valorização das candidaturas a incentivos.

Propostas de revisão dos métodos de promoção e seleção de candidaturas na Medida 8.1.5

Considerando o que foi referido nos anteriores pontos, recomendamos que sejam alterados os seguintes critérios/procedimentos:

1. Aumentar os *plafonds* colocados a concurso
Não se descortina bem a vantagem de colocar a concurso verbas relativamente reduzidas pelas seguintes razões:

- a) Embora não existam disponibilidades globais orçamentais suficientes, face ao volume global "bruto" da Procura, em matéria do PDR-Florestal, será, no entanto, possível, no quadro das medidas florestais, priorizar recursos para as medidas e projetos mais relevantes no que refere às alterações climáticas, e para as zonas onde as mesmas mais se fazem sentir, como por exemplo, no sul do País;
- b) Tal atuação permitirá lançar concursos com valores que viabilizem, por parte da Tutela uma gestão mais equilibrada, com prioridades gerais definidas e segundo as necessidades da Procura. Esta circunstância aliada ao facto, historicamente sabido, que os investimentos na floresta tem períodos de produção de despesa pública mais longos que os associados a investimentos agrícolas, pode gerar o risco de não cumprimento das metas programadas com necessidades de reprogramação mais

pesadas ou afectação a outros destinos, não cumprindo os objectivos de política em sede de aprovação do programa agravado pelo facto de haver procura que foi "contida" pelos procedimentos de gestão. Claro que esta observação assume que não existem restrições orçamentais "internas";

- c) Multiplicam-se os procedimentos burocráticos, quer por parte da autoridade de gestão, que tem que repetir processos (ainda que boa parte sejam informatizados isso não dispensa procedimentos de preparação, legislação, divulgação, verificação, análise), quer penalizando os promotores a quem o efeito de "engarrafamento" dos concursos prejudica e obriga à retomada da candidatura em aviso posterior.

2. Diferenciar os *plafonds* colocados a concurso por fileiras florestais

Pelas razões já referidas anteriormente não é aconselhável colocar na mesma plataforma de concorrência candidaturas a sistemas de produção e gestão florestal diferentes. Se ainda se admite que tal possa ocorrer para as fileiras do pinho e do eucalipto uma vez que existem muitas explorações com valências mistas destas espécies, o caso do Montado deveria ser diferenciado.

No entanto, há que ser ponderado, em propostas de novos concursos de apoio apenas para ações específicas no Montado, até porque as mesmas pressupõem, uma cascata de ações em precedência, no mesmo projeto. Referimo-nos, naturalmente e por exemplo, ao adensamento natural e assistido, ação prioritária para a sustentabilidade do "sistema Montado" mas que, designadamente, não deve esquecer o enorme investimento que os solos necessitam, para suportar o arvoredor dos vários escalões etários, para os próximos anos.

3. Alterar os critérios de cálculo do índice de Valia Global

Existem, pelo menos, duas possibilidades de o fazer, minimizando os riscos do sistema atual. Ambas integram, ainda que pouco ou quase nada tenha a ver com a valia intrínseca das candidaturas e muito menos com as preocupações subjacentes à Medida, a valoração do investimento se situar em ZIF.

a) Diminuir o peso do ponderador ZIF

O peso do ponderador ZIF, utilizado no concurso de final de 2015, é bastante elevado o que conjugado com o brutal desequilíbrio entre a oferta e a procura de recursos pode atribuir o apoio a projetos com menor valor intrínseco só porque são ZIF.

Sugere-se que seja aumentada a valoração do factor certificação florestal sustentável, uma vez que os sistemas de certificação são, digamos assim, o reconhecimento inequívoco e auditado da qualidade da gestão, designadamente, nas áreas fundamentais que justificam a Medida e que estão bem referenciadas no já citado artigo 13º da Portaria 274/2015.

Nesta hipótese, o ponderador da certificação deveria ser igual ou superior ao referente à ZIF. Admite-se por exemplo, na hipótese defendida que os avisos deveriam ter *plafonds* diferenciados, que para o Montado de Sobro, o ponderador certificação florestal sustentável fosse superior ao da ZIF.

b) Utilizar o perfil ZIF como factor de diferenciação na taxa de cofinanciamento

Esta solução que merece a nossa preferência, tem a grande vantagem de separar a avaliação das qualidades intrínsecas da candidatura, designadamente em matéria do seu impacto positivo em termos ambientais, em igualdade de circunstâncias, sem a perturbação do factor ZIF e sem que motive a um processo de "artificialização" com a criação de ZIF com vista a obter melhor posicionamento em cerrados processos de concurso.

Nesta hipótese, sugere-se que o índice de VGO, passe a ter a seguinte fórmula:

$0.50 \text{ Valia Ambiental} + 0.25 \text{ Áreas susceptíveis á Desertificação, Rede Natura e afins} + 0.25 \text{ Certificação Florestal}$

As candidaturas com maior valor VGO seriam cofinanciadas a 75 %, sendo que destas aquelas que eram ZIF poderiam ter uma majoração de 10% na taxa de ajuda.

Esta opção ainda pode ter um efeito colateral positivo para a Gestão uma vez que possibilita mais aprovações com os mesmos recursos

Liga para a Protecção da Natureza

Lisboa, 23 de Maio de 2017

Anexo - IV

PROTOCOLO FUNDADOR DA "INICIATIVA PRÓ-MONTADO ALENTEJO"

Considerando que :

- 1 - Não existe apenas "Uma" Floresta em Portugal ;
- 2 - A Floresta de Uso Multifuncional é a tipologia de Floresta predominante no Alentejo ;
- 3 - As alterações climáticas são incontornáveis e estão em processo galopante no Sul do País, ameaçando, significativamente, os seus Montados ;
- 4 - O Governo português, mesmo estando compreensivelmente concentrado na questão dos incêndios, que afectam, mais, a Floresta de "Produção Lenhosa", predominante no Centro e Norte, não pode ignorar os problemas das Pragas e Doenças que se vem acumulando, com o deteriorar do clima, no Sul do País ;
- 5 - E que essas Pragas e Doenças, associadas e/ou decorrentes dum debilitar continuo do sistema imunitário do arvoredo, constituem no Montado do Sul do País - autêntico "fogo que arde sem se ver" ;
- 6 - A Floresta portuguesa não sendo, única, não pode ser considerada de forma homogénea, sob pena dos resultados serem contraproducentes ou ineficazes ;
- 7 - O Alentejo possui a ampla maioria de superfície de Montado de Sobro do País e é, assim, responsável por grande parte do abastecimento à indústria transformadora ;
- 8 - O Montado de Sobro do Alentejo não é para "migrar" para Norte, como se vem ouvindo referir, publicamente e em vários locais ;
- 9 - Conceder na desflorestação do Alentejo é uma atitude política assaz condenável, com impacto devastador na coesão económica, social e ambiental regional e que permitirá a entrada e o avanço do deserto do Saara, possivelmente, até Leiria ;
- 10 - Mesmo que as alterações climáticas venham a criar condições à instalação e exploração do Montado noutras regiões do País, o Alentejo não pode ficar como se de um deserto se tratasse ;

11 - Não se poderão esperar resultados práticos, em termos de rendimento para os novos Produtores ou de abastecimento de cortiça de qualidade para a Indústria, antes de, aproximadamente, 30-40 anos ;

12 - A indústria transformadora tem realizado milhões de euros de investimento na sua modernização e na defesa intransigente da “quota de mercado internacional da rolha de cortiça”, precisando, naturalmente, duma cadeia de abastecimento de matéria-prima estável e eficaz a curto, médio e longo prazo;

13 - A **“Cortiça”** faz parte da marca **“Portugal”** ;

14 - Os Montados de Sobro e de Azinho fazem parte, intrínseca, caracterizadora, do Alentejo ;

15 - Deve este e qualquer Governo promover, activa e imediatamente, com os programas disponíveis e com outros a desenvolver, o investimento na adaptação do Montado do Alentejo às alterações climáticas, que estão aí ;

16 - Os Montados de Sobro e de Azinho devem, sim, constituir barreira à desertificação climática e humana ;

17 - Essa **“barreira”** natural e amiga do ambiente, tem de ser construída no sul do País, promovendo a recuperação de solos e o adensamento do arvoredo existente - não se combate o deserto, fugindo do mesmo ;

18 - Tal política de **“defesa nacional”** (florestal e climática) está, aliás, em perfeita sintonia com os compromissos nacionais para se atingir a neutralidade carbónica em 2050 .

Estabelecem os subscritores e fundadores da iniciativa Pró-Montado Alentejo, o Presente Protocolo Fundador para Colaboração e Actuação Conjunta, no sentido de :

A - Monitorizarem em permanência, o estado dos Montados de Sobro e de Azinho nas zonas mais sensíveis do Alentejo, designadamente, nas zonas de Serra, do Litoral, dos solos florestais de Charneca e no Interior-sul ;

B - Obterem dos Serviços competentes, informação exacta e em tempo útil sobre a evolução do clima nessas regiões, para efeitos de alertarem o Governo para os seus efeitos no arvoredo ;

FA

C – Monitorizarem a correcta e efectiva aplicação dos fundos comunitários e nacionais disponíveis para os fins, eminentemente ambientais em vista, sem factores disruptivos e discriminatórios de natureza político-administrativa ;

D - Proporem ao Governo, ao seu mais alto nível, sempre que necessário, acções, medidas ou programas que garantam de forma sustentada e continuada, apoio à adaptação climática, deste tipo de Floresta, no Alentejo, que tantos bens públicos proporciona ;

E – Garantirem que as premissas ambientais do novo PROF-Alentejo correspondem à realidade e gravidade actuais e permitam prever evolução futura do problema ;

F – Contribuírem para a eliminação do risco de desertificação e empobrecimento global do Sul do País que decorreria da claudicação geral do Montado .

Para efeitos de funcionamento ou procedimentos , instituem, ainda, o seguinte :

1 – A sede da presente “Iniciativa” será, no seu arranque, nas instalações da Câmara Municipal de Portel ;

2 – Após subscrição deste Protocolo Fundador, será constituída uma Comissão Coordenadora, formada por 2 pessoas de cada um dos 4 (sub)grupos subscritores que lançam a presente “Iniciativa” : Produtores + Municípios + Associações do Ambiente + Personalidades/Especialistas) ;

3 – A Comissão Coordenadora poderá ser representada por um Mandatário que agirá em conformidade com a mesma ;

4 – A mesma Comissão reunirá, alternadamente, nas sedes dos Municípios subscritores, uma vez por mês e tomará todas as decisões, preferencialmente, por consenso ;

5 – Poderão aderir à “Iniciativa”, subscrevendo este Protocolo, quaisquer entidades públicas ou privadas, desde que em respeito pelos princípios, preocupações e independência que caracterizam os seus fundadores ;

6 – A Comissão Coordenadora deverá promover reuniões com o conjunto dos “aderentes”, no inicio e para arranque, com periodicidade trimestral, e na continuidade, semestral ;

7 – Quaisquer contactos com os meios de comunicação social serão feitos de forma exclusiva pelo Mandatário ou, na sua ausência, por quem a Comissão Coordenadora designar ;

8 – A Comissão Coordenadora poderá deliberar a expulsão de qualquer aderente, seja pessoa singular ou colectiva, que não cumpra a regra constante do numero anterior, ou que actue em desrespeito pelos princípios, preocupações e independência que caracterizam os seus fundadores, não tendo direito de voto nessa matéria se for membro dela ;

9 - A Comissão Coordenadora terá poderes para conferir a impossibilidade de realização das finalidades que se propõe e, por maioria qualificada de dois terços, deliberar o termo da "Iniciativa", comunicando-a aos aderentes.

O presente Protocolo Fundador, depois de lido e declarado conforme com as respectivas manifestações de vontade, vai ser assinado pelos representantes das Instituições e pelos demais subscritores presentes, em :

Grândola, no dia 11-05-2017,

Município de Grândola



(António Jesus Figueira Mendes – Presidente)

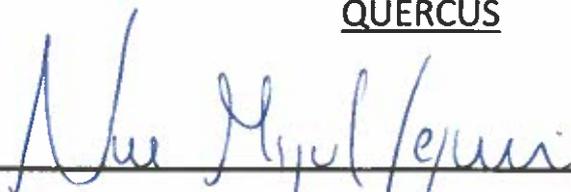
Município de Portel



(José Manuel Clemente Grilo – Presidente)

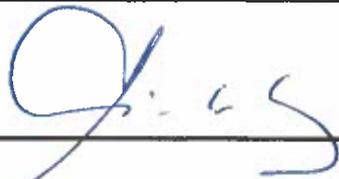
...

QUERCUS



(Nuno Miguel Oliveira Pegado de Matos Sequeira – Direcção Nacional)

LPN-Liga para a Protecção da Natureza



(Tito Joaquim da Silva Rosa – Presidente da Direcção Nacional)

...



(Fernando Manuel van Zeller Pires da Silva – Engenheiro Agronomo/Gestor)



(Francisco Avillez - Professor)



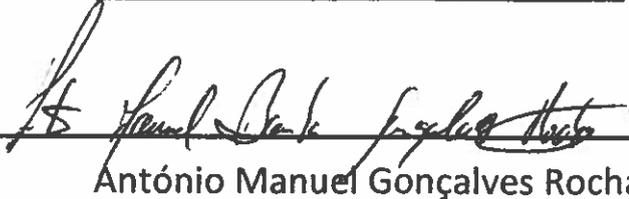
(Jorge Nunes – Presidente do Credito Agrícola Costa Azul)



(José Mira Potes - Professor)

...

Produtores e Gestores Florestais :



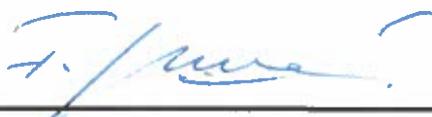
António Manuel Gonçalves Rocha



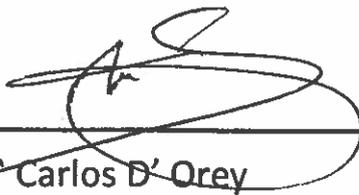
António Maria Lince



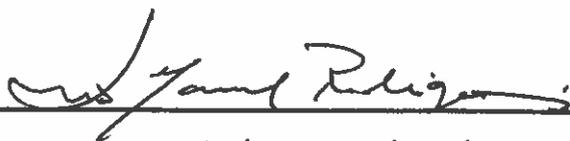
Edite Moura Botelho



Francisco de Almeida Garrett



Carlos D' Orey



Luís Manuel Rodrigues Dias



Pedro Teotónio Pereira Marques de Sousa

António Manuel Banha Gonçalves Rocha - Foi Presidente do ADS do Litoral Alentejano ; Produtor Florestal e agricultor ; desenvolve plantas leguminosas, produtoras de azoto orgânico, ambientalmente resilientes, para sobcoberto de Montado de Sobro em solos pobres ; Presidente da Associação de Agricultores de Grândola.

António Maria Lince - Foi Chefe da Zona Agraria de Alcácer do Sal e representante do Estado junto da Associação de Beneficiários do Vale do Sado (Regantes) ; Foi Director da Associação de Agricultores de Alcácer do Sal, da Caixa de Credito Agrícola de Alcácer do Sal e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal ; Vogal não executivo do Conselho de Administração da Caixa de Credito Agrícola de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo; agricultor e Produtor Florestal em Alcácer do Sal.

Câmara Municipal de Grândola – Instituição cujo Presidente subscreveu a presente “Iniciativa”, e que tem apoiado, ao longo da última década, várias Iniciativas no sentido de preservar a área florestal do concelho com especial incidência no Montado de Sobro. O Montado de Sobro representa para Grândola uma sector de importância maior na estrutura económica da região com reflexos igualmente importantes no emprego, no ambiente e território e claro, na sociedade.

Câmara Municipal de Portel – Município alentejano situado numa mancha muito significativa de Montado, que subscreve a presente "Iniciativa Pró-Montado Alentejo" e que, atendendo ao potencial ambiental, cultural, social e económico que os produtos e atividades do Montado representam para o concelho e para o Alentejo, tem vindo a desenvolver, ao longo dos últimos anos, diversos projetos e atividades em prol da fileira do montado, na sua divulgação e valorização, agregando vontades e interesses e disponibilizando recursos financeiros e meios humanos de apoio a iniciativas públicas e privadas relacionadas com a preservação e defesa dos Montados de Sobro e Azinho.

Destacam-se, entre outras, o “Centro Nacional de Valorização do Montado”, (incompreensivelmente extinto há cerca de 5 anos), o qual servia de pólo aglutinador de informação e de lugar privilegiado de conhecimento, investigação e discussão para os vários atores da fileira do Montado (técnicos, produtores e investigadores, etc...), contribuindo para promover, valorizar e aumentar a riqueza e sustentabilidade da Floresta e do Montado, bem como também a “Feira do Montado”, evento que se realiza anualmente na vila de Portel e que nos seus fóruns de carácter técnico-científico, se tem preocupado em dar visibilidade às ameaças e potencialidades do “Ecossistema do Montado”, e dos produtos que lhes estão associados, evidenciando a importância da sua defesa, sustentabilidade e valorização, e alertando, ainda, para a necessidade de boas práticas e políticas adequadas.

Carlos Alberto Lopes de Albuquerque d’Orey - Técnico em engenharia agronómica pela Hohenheim Universität - Stuttgart ; trabalhou em rede viária florestal na Suécia ; formador de técnicas corticeiras ; foi Administrador da Multimadeiras (Grupo SPE) – recuperação e projectos de empresas madeireiras em Moçambique, Zaire, Guiné Equatorial e Guiné Bissau ; foi Director de Obras na empresa Thiele Naturstein – Dresden e Berline Director

“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” / Listagem de Promotores e Aderentes

de Projecto na área florestal para o Banco Mello ; Director da Confraria do Sobreiro e da Cortiça ; Produtor Florestal no concelho de Portel.

David Gomes Crespo – Ajudou à criação da carta de solos nacionais na Junta de Colonização Interna ; Chefe do Departamento de Forragens e Pastagens da Estação Nacional de Melhoramento de Plantas; Professor convidado da Universidade dos Açores e Docente convidado no ISA, UE e UTAD; Funcionário Superior da **FAO**, em Roma, na qualidade de Agrónomo especialista em Pastagens Mediterrâneas, Temperadas e Subtropicais. Foi sócio-fundador e Presidente da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens , Presidente da “European Grassland Federation” e membro Presidente do “Continuing Committee” do “International Grassland Congress”; Membro do EIP “Focus Group on Permanent Pastures”; ainda, socio Honorário da Sociedade Espanhola de Pastagens e correspondente Honorário da Academia de Agricultura de França ; Coordenador científico da empresa Fertiprado onde, entre outros, desenvolveu misturas de plantas adequadas à agricultura de conservação e soluções biodiversas e ricas em leguminosas, incluindo soluções para revestimento e melhoramento de solos florestais. Investigador aposentado do INIA onde, entre outros, foi coordenador nacional, das pastagens, do Programa PROCALFER, financiado pelos EUA e aplicado em vários Montados de Sobro ; realizou várias missões para a FAO e o Banco Mundial ; Produtor Florestal na zona de Monforte.

Domingos Salvador Vasconcelos Patacho – Foi Dirigente Nacional da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e Presidente da Direcção do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus – ANCN ; integrou a Comissão Executiva do Ano Internacional das Florestas – 2011, em Portugal, uma iniciativa da UNESCO, coordenada em Portugal pela Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural ; membro da Direcção da Associação para a Gestão Florestal Responsável - FSC Portugal, eleita em 2011, em representação da Quercus na Câmara Ambiental ; coordenador do Grupo de Trabalho das Florestas e Conservação dos Montados, da Quercus – ANCN ; membro do Conselho Florestal Nacional, em representação da CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente ; membro da Comissão Executiva da Candidatura do Montado a Património da Humanidade, iniciativa promovida pelo Turismo do Alentejo ERT.

Edite Moura Botelho - Fundadora e Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa de Produtores de Carne Limousine (CPCL) ; Presidente da Direcção da Associação de Agricultores do Litoral Alentejano ; empresária agrícola e Florestal em Santiago do Cacém.

Estevam Maria de Sá Coutinho de Lancastre - Foi gestor da Sociedade Agrícola Palha van-Zeller e administrador da Companhia das Lezírias ; desempenhou vários cargos associativos entre os quais na Associação Central da Agricultura Portuguesa ; Produtor Florestal em Montemor.

Eugénio Manuel Bilstein de Menezes de Sequeira – Investigador e Professor ; leccionou no ISA, na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade do Algarve e foi Professor Catedrático Convidado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e da Escola Universitária Vasco da Gama ; trabalhou no comportamento dos micro-elementos no solo e nas plantas, em problemas de poluição e na distribuição das raízes das plantas ; desenvolveu

"Iniciativa Pró-Montado Alentejo" / Listagem de Promotores e Aderentes

vários trabalhos sobre a conservação do solo e da água e a sua qualidade ; Coordenador do Grupo do Conselho Científico do MADRP, encarregue da preparação da reunião sobre a "Arborização, Rearborização de Ecossistemas Sensíveis Degradados", bem como da preparação do "Programa Nacional de Combate à Desertificação". Foi Coordenador do Grupo de Trabalho Agricultura/Ambiente do Instituto Nacional de Investigação Agrária, tendo participado na preparação da reunião do Rio de Janeiro (Agenda 21) e posteriormente na elaboração da Convenção de Combate à Desertificação tendo sido um dos responsáveis pelo Anexo IV daquela Convenção ; foi autarca em Cascais ; coordenou o Sector de Investigação e Desenvolvimento do Programa Integrado de Desenvolvimento do Baixo Mondego ; alguns Programas de Investigação da União Europeia em que liderou a parte portuguesa: "Soil Erosion Risk and Important Land Resources" do Programa CORINE; "Assessment of the Bio-Availability of Cadmium and Zinc" do Programa STEP; "Trace elements in soils and plants" do FAO European Cooperative Network on Trace Elements; "Soil tillage in dry and irrigated farming" do Programa Agrimed; "Trace metal speciation in soil and sediment (SESS)", "extractable trace metals in sediments", "trace elements in estuarine water", e "trace determinations in plant matrices" projectos de inter-calibração e de constituição de amostras de referência do "BCR"; "Saline Crops" do Programa AIR ; foi Presidente da Liga para a Protecção da Natureza e coordenador científico do "Projecto Piloto de Combate à Desertificação no Baixo Alentejo"; Conselheiro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável ; foi Presidente da Sociedade Portuguesa da Ciência do Solo e é membro da Sociedade Internacional da Ciência do Solo e do "Comité Scientifique Consultatif" do "Centre International de Hautes Etudes Agronomiques Méditerranéennes" ; é Dryland Champion da Convenção de Combate à Desertificação e membro da Comissão Nacional.

Fernando Manuel van Zeller Gomes da Silva - Foi assistente no Instituto Superior de Agronomia e investigador no Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian ; foi Director e Assessor do Conselho de Gestão do Banco Pinto e Sotto Mayor e membro do comité central da "Confédération Internationale du Crédit Agricole"; foi Director-Geral do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura, membro da Comissão para a Integração Europeia e Presidente do IFADAP; Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas no XIII Governo Constitucional, no qual foi aprovada, por unanimidade, a Lei de Bases da Política Florestal e se promoveu estudo alargado sobre as Fileiras Florestais ; foi dirigente em várias associações, instituições e empresas do sector público e privado ; empresário agrícola.

Francisco de Almeida Garrett - Foi gestor em várias empresas do sector industrial ; desenvolveu explorações agro-florestais e florestais na Beira Interior e no Alentejo ; pertenceu à Direcção de várias Associações incluindo a Presidência da Associação de Produtores Florestais de Ponte de Sôr ; envolveu-se, activamente, no final da década passada, na defesa do Montado e da rolha de cortiça, nomeadamente em testemunho em programa da BBC ; Preside à Confraria do Montado e da Cortiça ; Produtor Florestal em Avis, com particularidade de ter sido inovador absoluto em ensaio, com sucesso, com rega gota-a-gota para suporte a nova Florestação de Montado de Sobro em regime de crescimento rápido – ensaio este em monitorização pela Universidade de Évora.

Francisco Avillez – Perito em Economia do Desenvolvimento Rural, pelo Institut Agronomique Méditerranéen, Centre de Hautes Études Agronomiques Méditerranéennes de

“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” / Listagem de Promotores e Aderentes

Montpellier, França, em 1971 ; Professor Catedrático de Economia e Política Agrícola do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa ; Professor Emérito do ISA e membro do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa; Sócio fundador e Coordenador científico da AGROGES, Sociedade de Estudos e Projectos, sociedade esta com vários estudos realizados para o Estado, Associações e Privados sobre as Florestas Nacionais ; foi Coordenador do Grupo de Peritos para a Reforma da PAC pós-2013 e Special Adviser do Comissário Europeu para a Agricultura ; Membro do Conselho Nacional da Água e do Conselho da Região Hidrográfica do Alentejo ; Autor de vários livros e artigos publicados no País e no Estrangeiro, principalmente nas áreas da Análise e Planeamento de Projectos de Investimento e de Desenvolvimento Agrícola em geral, e de Política Agrícola Comum, em particular; integra o actual Conselho de Acompanhamento da Revisão da PAC, no Painel de Peritos.

Francisco D’Orey Manuel – Professor de História ; director do arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ; Produtor Florestal no Torrão.

Francisco Jacinto Lopes – Foi Chefe da Circunscrição Florestal de Évora e Delegado Regional do Alentejo do Instituto Florestal ; Subdirector Regional de Agricultura do Alentejo e Orientador científico das disciplinas de Silvicultura do Sobreiro e da Azinheira na Escola Superior Agrária de Beja ; colaborou com o IPROCOR-Mérida em trabalhos de índole técnico-científica relacionada com os Montados desde 1990 ; dirigiu projectos de apoio ao Montado no Centro Nacional de Valorização do Montado em Portel e na Serra de Grândola ; Coordenador do Projecto INTERREG III A - SUBERNOVA ; Perito da C.E. Liège - Confederation Européene du Liège no Grupo Consultivo Florestas e Cortiça da União Europeia - Bruxelas ; participou em várias iniciativas de fomento suberícola em Espanha e noutros países da Bacia Mediterrânica, entre outros, no Egipto para pronuncia sobre recuperação de áreas desérticas com base no sobreiro perto do Mediterrâneo ; dirigiu a Circunscrição Florestal Sul ; coordenador nacional do Programa de Defesa dos Povoamentos Suberícolas; Assessor principal da Direcção-Geral dos Recursos Florestais; Director Técnico da Feira Anual do Montado, em Portel .

João Filipe Fernandes Branco – Técnico-consultor florestal, projectou e acompanhou vários projectos de florestações e de beneficiação florestal ; fundou a Associação Florestal do Vale do Douro Norte ; presidiu à Associação Nacional de Engenheiros de Técnicos do Sector Florestal ; Presidente, em exercício, da Direcção Nacional da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza.

João Ferreira de Trindade – Exerceu Direcção de Engenharia e Consultoria na área da industria automóvel ; Produtor Florestal em Portel.

Joaquim Augusto Machado Pinheiro – Foi técnico do IFADAP, tendo analisado e verificado a implementação de inúmeros projectos florestais no Alentejo Litoral ; foi consultor de Associação de Produtores Florestais ; foi técnico no gabinete florestal do Município de Santiago do Cacém onde, actualmente, é responsável pela divisão de desenvolvimento económico e turismo.

“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” / Listagem de Promotores e Aderentes

Jorge Nunes – Presidente do Conselho de Administração do Crédito Agrícola da Costa Azul, instituição financiadora de vários estudos sobre o Montado no eixo Grândola – Santiago do Cacém ; Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém ; Produtor Florestal.

José Maria Cardoso Charrua – Foi técnico de fomento suberícola da Junta Nacional da Cortiça ; foi Chefe de Brigada de Arborização no Alentejo, no Fundo de Fomento Florestal onde supervisionou milhares de hectares de florestações ; foi técnico do Banco Mundial em projectos de Desenvolvimento Agrícolas ; foi Chefe de Divisão na Circunscrição Florestal de Évora ; Consultor e Produtor Florestal em Évora.

José Mira Potes - Professor Coordenador na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém, instituição que já dirigiu ; Especialista em Agro-Silvo-Pastorícia; Promotor e Coordenador do Mestrado em Agro-Silvo-Pastorícia Mediterrânica, onde é responsável das Unidades Curriculares (UC's) Agro-Silvo-Pastorícia I e II e Projecto; Provedor da Confraria do Sobreiro e da Cortiça; Autor do livro técnico "O Montado no Portugal Mediterrânico" e co-autoria em edição de publicação técnica "Livro Verde do Montado ; múltiplas referências em trabalhos, artigos em revistas ou proceedings com arbitragem científica e apresentação oral de trabalhos, comunicações, conferências e posters ; Produtor Florestal em Arraiolos.

Luís Manuel Rodrigues Dias – Agricultor e produtor Florestal ; foi Presidente da Direcção da Associação de Agricultores de Grândola, sendo, actualmente, Presidente da respectiva Assembleia Geral ; foi vice-Presidente da CAP, entre 2008 e 2017 ; fomentou a realização de estudos para diagnóstico e saneamento de Montados de Sobreiro no eixo Grândola - Santiago do Cacém ; detém e dirige explorações florestais na Charneca e Serra de Grândola com componente turística recente.

Mário Alberto Sabino Hilário – Dirigente Associativo em múltiplas organizações do litoral Alentejano ; produtor florestal no concelho de Santiago de Cacém.

Nuno Miguel Oliveira Pegado de Matos Sequeira – Biólogo, Professor do Quadro de Nomeação Definitiva no Agrupamento das Escolas de Sousel, estando destacado na Quercus, através da Agência Portuguesa do Ambiente, para o desenvolvimento de actividades lectivas em projectos de Educação Ambiental ; foi Presidente da Direcção Nacional da Quercus entre 2011 e 2015 sendo, actualmente, Vogal da Direcção Nacional ; é membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ; coordena a participação da Quercus no projecto PRODEHESA_MONTADO_6_E - Proyecto Integral de la Dehesa - Montado /Programa de Cooperación Interreg V-A España – Portugal (POCTEP) e é membro do Grupo de Trabalho de Biodiversidade desta Associação ; é, ainda, sócio da Agrobio – Associação Portuguesa de Agricultura Biológica e membro efectivo da Ordem dos Biólogos.

Pedro Miguel Silva Costa – Geriu a execução de múltiplos Projectos Florestais ; obteve o know-how para transplante de Sobreiros até cerca de 15 anos, tendo coordenado operações dessa natureza por diversas vezes ; Gestor de várias propriedades Agro-Florestais com ênfase na Cortiça no Alentejo Litoral ; detém empresa de Produção Florestal na zona de Santiago do Cacém.

“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” / Listagem de Promotores e Aderentes

Pedro Teotónio Pereira Marques de Sousa – Foi técnico-consultor de estudos de mercado e sectoriais ; exerceu cargos de direcção e administração em várias empresas nas áreas de Marketing, Estratégia e Desenvolvimento ; foi Director-Geral da CIP entre 1995 e 2000, tendo acompanhado várias Iniciativas de união das Fileiras Florestais no seguimento do Relatório Porter ; integrou a Direcção da Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado ; actualmente, dirige uma exploração Florestal, em modo de produção biológico, com ênfase na recuperação do respectivo Montado de Sobreiro - previamente entregue /devolvido muito degradado (Restauração do Fundo de Fertilidade do Solo e Adensamento – Projecto referência do Programa Agro) e na agricultura de conservação (reconversão de culturas anuais de regadio com reordenamento hidrológico de ribeiras e conversão para prados permanentes numa estratégia também de DFCI – projecto com Despacho de interesse publico); Gestor Florestal no Torrão.

Rui Manuel Pires Amaro – Foi consultor em inúmeros projectos Florestais ; foi Presidente do Conselho Científico da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra (ESAC) ; actual Vice-Presidente da ESAC onde lecciona disciplinas nas áreas das pastagens, forragens e produção animal com particular ênfase nos sistemas Agro-florestais. Para além da participação em projectos de investigação nesses domínios, colabora com diferentes empresas do Baixo Alentejo na definição de estratégias com vista a uma utilização sustentável dos recursos disponíveis.

Tito Joaquim da Silva Rosa – Foi técnico do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura ; criou o Serviço de Informação de Mercados Agrícolas e desempenhou várias funções junto da Secretaria de Estado da Alimentação ; foi administrador do IFADAP e Gestor do Programa Agro ; presidiu ao ICNF-Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade ; Presidente da LPN-Liga para a Protecção da Natureza ; integra o actual Conselho de Acompanhamento da Revisão da PAC, no Painel de Peritos.

Victor Barros – Foi Director-Geral do Desenvolvimento Rural e Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural nos XIII e XIV Governos Constitucionais; Presidente da Companhia das Lezírias; Investigador Principal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, IP.

Ministérios do
 AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
 AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. p

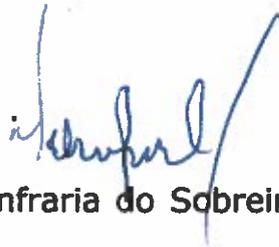
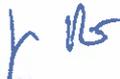
DISCUSSÃO PÚBLICA
 28 de dezembro de 2017 a 16 de fevereiro de 2018
PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALENTEJO

Ficha de Participação enviada ao ICNF em 16-02-2018

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome/ Entidade:

Grupo de Especialistas :

- Francisco Jacinto Lopes – Engenheiro Silvicultor ; 
- Carlos D' Orey – Subericultor e Director da Confraria do Sobreiro e da Cortiça; 
- José Mira Potes – Professor, especialista em sistemas Silvo-pastoris; 
- Pedro Teotónio Pereira Marques de Sousa – Gestor Florestal; 
- José Albuquerque – Consultor Florestal ; 
- Luís Domingos – Consultor Florestal . 

Morada: Praça Dom Nuno Álvares Pereira, 7220 Portel

Localidade: Portel ; Código Postal : 7220 Portel Telefone.: 933000439 Email : ptpms@netcabo.pt

2. ELEMENTOS DO PROGRAMA OBJECTO DE COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES

O objecto dos comentários ou sugestões á nova versão do PROF-Alentejo é transversal ao PROF e apresentado no texto abaixo :

REVISÃO DO PROF – Alentejo » Análise Crítica e Parecer

1 - Introdução

Os signatários, representando um grupo de empresários, gestores, consultores e peritos florestais que actuam no Alentejo, no "Sistema Montado", discutiram em conjunto a situação actual e o futuro deste sistema, tendo elaborado esta posição comum que remetem para que o ICNF e o grupo de técnicos que elaboram o PROF-Alentejo a tomem em consideração, melhorando certos aspectos, designadamente, a parte ambiental.

Considera-se o **Sobreiro** como o elemento estruturante desse "Sistema".

O mesmo é a base de produtos industriais, intermédios e de consumo, de primeira linha, nos quais Portugal é líder mundial.

Porém, o Montado de Sobreiro do Alentejo, actividade predominante nesta região, está claramente ameaçado pelas alterações climáticas em curso.

Podendo as mesmas fazer colapsar "o sistema" a curto/médio prazo.

Impõe-se que o Prof-Alentejo tenha (ou seja) um alerta suficiente para a gravidade da situação, sobretudo em matéria de pragas e doenças, mas não descurando o risco de incêndio.

E que indique, desde já, as soluções mitigadoras e o modo de financiamento das mesmas.

2 - Análise geral e de contexto

O documento "Prof-Alentejo" é muito (demasiado) extensivo e descritivo e, assim, dificultando uma apreciação com alguma rapidez.

Reconhece-se no entanto, o mérito dos autores em elencarem todas as fontes que poderão contribuir ou condicionar a elaboração do documento, quer em termos de pré-planeamento ou elenco de matérias abrangentes horizontais, do diagnóstico e das melhores soluções de gestão dos diversos tipos de povoamento a adoptar no futuro.

No entanto, lamenta-se que, 21 anos passados da publicação da Lei de Bases da Floresta e 12 anos após a elaboração da Estratégia Nacional para as Florestas Portuguesas, os problemas na Floresta Nacional, não só persistiram, como se agravaram.

A continuar assim, a actividade florestal no Alentejo está seriamente ameaçada, pondo em causa, designadamente, o abastecimento de cortiça à indústria e o emprego para a mão-de-obra mais qualificada da região.

Acresce-se o avanço da desertificação humana e o desordenamento da paisagem com os riscos inerentes.

A última versão da Estratégia Nacional para as Florestas (de 2015) vem exprimir maior ênfase para os efeitos das alterações climáticas que correm o risco de destruir, não só o potencial produtivo da fileira do Montado, como acabar com os bens públicos inerentes.

Também o ICNF e a APA são (e bem) mencionados no Capítulo D, através das seguintes transcrições :

"As alterações climáticas são uma das alterações de contexto mais relevantes para o sector florestal, com destaque para o aumento dos riscos bióticos e abióticos, os impactos sobre a distribuição potencial das principais espécies e as alterações na produtividade potencial lenhosa (ICNF, 2013)."

"Segundo o aumento da temperatura, a alteração do regime de precipitação e o aumento da frequência das secas e ondas de calor, tal como são projectados pelo cenários climáticos disponíveis, poderão afectar a capacidade dos espaços florestais para proporcionar bens e serviços de forma sustentável (APA, 2013)".

Assim, este Grupo, no presente documento, irá **concentrar-se na problemática das "alterações climáticas", no nosso entender bastante subavaliada no presente PROF**, nas acções a seguir e no problema do esquecimento do financiamento publico que vem ocorrendo, sobretudo, neste ciclo de governação.

E, claro, concentrar-se, no Montado de Sobro, a cultura Florestal número 1 do Alentejo.

3 - Apreciação do PROF na Especialidade

3.1 - O "Planeamento" a montante

Voltando a documentos do Estado já publicados, temos de dar relevância aos objectivos constantes das páginas 33 e 34 do Capítulo A , que figuram na Estratégia Florestal 2015.

Nos mesmos, destacamos : *Aumentar a resiliência da floresta aos incêndios florestais, reduzir incidência dos incêndios, aumentar o conhecimento sobre a presença de agentes bióticos nocivos, reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas, aumentar o contributo das Florestas para a mitigação das Alterações Climáticas e promover a resiliência ambiental da floresta.*

Todavia, nesta ultima, é referido, o objectivo (inaceitável) de manter a densidade média do Montado no valor de 2010.

Ficha de Participação

Outros instrumentos de planeamento se debruçam sobre os mesmos temas, idênticos e conexos, como o Programa Nacional para as Alterações Climáticas.

Plano este que alerta para a necessidade de restaurar e melhorar os solos florestais.

Também o PANCD-Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, se foca, e muito bem, na necessidade de se adoptarem medidas conducentes á gestão sustentada dos Montados.

Podemos destacar algumas das medidas que preconiza como : proteger e conduzir as regenerações naturais de arvoredos autóctones, promover as pastagens mediterrânicas naturais ou melhoradas sob coberto, manutenção das atuais áreas de povoamentos de sobreiro adequando a sua silvicultura às condições áridas, promover e desenvolver a silvicultura dos povoamentos mistos de quercíneas com resinosas e estabelecer um quadro de referência para melhoria do estado de vitalidade dos montados.

O PANCD aborda, ainda, a importância da captação de carbono como forma de luta contra as alterações climáticas sem especificar modos.

Sendo esta luta, "a missão" mais importante no Alentejo, acreditamos que o PROF terá de a incorporar e desenvolver.

Já o POSF-Programa Operacional de Sanidade Florestal, nos parece vazio de ambição, pois a produção florestal tem não só de conhecer rapidamente as pragas, como, os meios rápidos e incisivos de as combater.

Contribui pouco, pois, o POSF, para a problemática em causa.

Donde a insatisfação da generalidade dos Subericultores com a falta de massa crítica para compreender e combater certas pragas, como a cobrilha que ainda mais desidratam o arvoredos, desvalorizam o seu produto e prejudica, a prazo, a sua sobrevivência.

3.2 – A insuficiência da caracterização climática

Entrando na caracterização Biofísica do PROF (Capº B), os quadros apresentados para referenciação climática merecem-nos múltiplos reparos :

Ficha de Participação

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- 1 - Não nos adianta nada partir da base de 1971-2000 para fazer cenários de evolução climática - trata-se de período longínquo das preocupações climáticas actuais ;
- 2 - De 2000 a 2004 a realidade foi uma ;
- 3 - De 2005 até aos dias de hoje, sentem-se piorias climáticas, galopantes ;
- 4 - Com especial incidência nos últimos 3 anos que já pioram o sucedido na catástrofe da seca de 2005 ;
- 5 - É insuficiente, aliás, falar de "médias de Agosto" ; o que está em causa é saber se o numero de dias no Verão - com temperaturas máximas acima dos 38 graus - está com tendência para crescer, como parece ;
- 6 - Não esquecendo as recentes temperaturas máximas perfeitamente anormais para o mês Outubro que resultaram na morte de muitos sobreiros no inverno de 2016, por "excesso de época estival" ;
- 7 - A falta de precipitação traz, em si, redução da temperatura mínima acima do que seria esperado em frequência e valor absoluto ;
- 8 - Daí que, a única hipótese de se poder aceitar as pequenas variações climáticas de 1 ou 2 graus, para cima, será à custa de "desvio padrão" maior face à média, ou seja, por cada grau que descem as temperaturas mínimas, num dia, ou conjuntos de dias, sobem as temperaturas máximas mais 1 ou 2, sabendo-se que a amplitude térmica e a agudização dos extremos não farão bem nenhum ao arvoredos ;
- 9 - Ainda, em matéria de pluviometria, o PROF não menciona ou acentua 2 evoluções recentes :
 - 9.1 - Arranque tardio e fraco da chuva no Outono, porventura ligado às maiores temperaturas ;
 - 9.2 - Falha da chuva, repetidamente, no mês de Abril, deixando de haver compensação para invernos pouco chuvosos e, eventualmente, criando concorrência hídrica entre coberto e sobcoberto ;
- 10 - O PROF não apresenta a evolução relativa da humidade ao longo do tempo e dentro de cada ano; acredita-se que os cada vez maiores incêndios tem a ver com a maior velocidade dos mesmos, dada a maior relativa secura das arvores, fruto da não-chuva e, eventualmente, da redução de humidade do ar e da própria planta/árvore ;

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Luis' and initials 'S', 'AA', and 'PR'.

11 - Refira-se, também, que as propaladas chuvadas, supostamente abundantes em tempo curto, parecem ter deixado o Alentejo; charcas, barragens e ribeiras secaram e os volumes de água estão muito, muito longe de serem repostos, pois ...

12 - ... o registo entre Outubro de 2017 e Janeiro de 2018, aponta para cerca de 160 mms de chuva, quando nos anos de seca de 2012, 2015 e 2017 se registaram valores entre os 240 e 260 mms nesse mesmo período ;

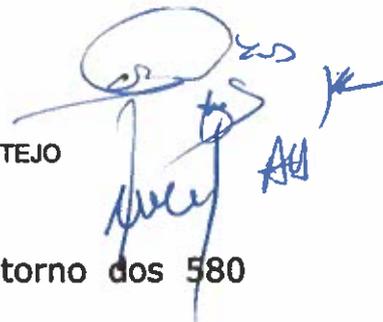
13 - Pior ! Na seca extrema de 2005, nesses 4 primeiros meses, choveram cerca de 175 mms; nada de bons augúrios, portanto !

14 - Ou seja, nem os lençóis freáticos de superfície são repostos, recuperando-se o "tanque" ao serviço das raízes das árvores, nem se criam condições para se encherem as barragens e se reporem os caudais ecológicos das ribeiras.

Quanto aos cenários de evolução climática, evidenciados no capítulo "D", temos a referir o seguinte :

- a) Olhando para o Cenário "A" a ser esse a aplicar-se, podemos já ter dado o salto para o período 2041-2070 ;
- b) O modelo poderá falhar no que toca á previsão de redução de geadas, vide a enorme sequencia de temperaturas negativas (e geadas) que se vem verificando no Alentejo ;
- c) Como já foi referido, não nos parece que a temperatura média seja o único referencial ou, até, o melhor ; a média pode manter-se (ou alterar-se pouco) com vários dias de calor extremo ou noites de frio intenso ;
- d) Pelo menos no Sul do País, não nos conseguimos identificar com as "inundações" expressas pelo quadro 4, da página 9 do capítulo D ;
- e) De resto, possivelmente, ou estaremos em fase avançada do cenário "A" ou em pleno cenário "B", senão já no início do cenário "C" ;
- f) Os quadros não revelam o impacto negativo real no caso do cenários B e C ; a diminuição ou abandono das actividades produtivas (florestais e outras) irá reduzir os benefícios ambientais e socioeconómicos associados da região e, assim, reduzir a "Procura Geral" por essa região por torna-la pouco relevante ;
- g) As projecções de precipitação, no quadro 2, da pagina 7, do capítulo B, não nos parecem nada credíveis quem se der ao trabalho de somar as precipitações anuais nas várias zonas (totalizadores que deviam constar !) chega á conclusão que a diferença de precipitação entre 1971-2000 e 2014-2070 se quedará por uns

Ficha de Participação



- simples 30-40 mms, mantendo-se no futuro em torno dos 580 mms !!!
- h) A página 11, do capítulo "D" serve de alerta para o que se refere atrás ; é necessário perceber realisticamente a precipitação futura para, inclusive, saber aquilo que se pode deixar de se conseguir fazer como antes (por exemplo, adensamentos sem rega ...) ;
 - i) Não podemos deixar de comentar, para complemento e porque é, várias vezes, "parceiro" do Sobreiro, o que se refere sobre o Pinheiro Manso ; para além dos problemas de polinização, as secas e ondas de calor estragam as pinhas do lado poente reduzindo a percentagem e peso dos pinhões viáveis ;
 - j) É perfeitamente correcto o que se refere quanto ás azinheiras ; no entanto há-que atentar que o Alentejo não pode ficar reduzido a árvores apenas com objectivos de contemplação paisagística : A Azinheira em solos mais fortes e o Pinhal Manso (sem pinhas) nos solos mais delgados ;
 - k) Os quadros da página 16, que apontam, no cenário B, as zonas de aptidão no Alentejo, revelam que em meados deste século, abaixo da latitude de Alcácer do Sal, todo o Alentejo fica com má aptidão para o Montado de Sobreiro a não ser a 20 kms da orla marítima ; essas imagens já espelham a realidade dos últimos anos com períodos curtos de tirada de cortiça e com mais e maiores ataques de pragas e doenças ; a maior definição e previsão mais realista, da pluviometria, da humidade e das temperaturas, deverá permitir uma avaliação dos investimentos necessários com vista á mitigação do cambio climático, para adaptação e reforço do sistema imunitário das árvores com vista á persistência, até onde for possível, dos povoamentos de Montado de Sobreiro, nessas áreas .

3.3 – A importância da Floresta e do Sobreiro no Alentejo

Sendo o uso florestal dos solos o principal no Alentejo, acima da média nacional, e com especial relevância no sobreiro, com a descrição climática realista, temos de concluir que as alterações climáticas colocam, em causa, a estrutura socio-económica de toda uma região.

O que implica medidas mitigadoras importantes.

A integrar com vigor no PROF.

Se o todo formado pelo Alentejo litoral, com visivelmente as barragens mais vazias do País (as mais divulgadas na Tv) tem 56 % de Floresta, quando passamos para o nível concelhio, Ponte de Sor chega aos 70 %, com Grândola e Mora muito perto desse valor.

Ficha de Participação

Quanto aos povoamentos, é de lamentar que o quadro 20 da pág. 44 que refere uma densidade média de 65 árvores de Sobreiro por hectare seja de 2005...

O clima mudou desde 2005 e continua a mudar desde esse fatídico ano, e a fazer fé quer nos reports da indústria, quer no que vemos, ano após ano, o número de árvores por hectare tem diminuído, assim como o calibre e a qualidade da cortiça.

O contrário seria, aliás, de admirar.

Estudiosos do assunto tem vido a referir, há vários anos, que as "clareiras", são a grande entrada para a desertificação.

Ainda no capítulo B, para além de se confirmar que os Sobreiros não são imunes ao fogo (Gavião-2003 e outros), devemos comentar o pouco que sabe sobre pragas e doenças, a não ser que as alterações climáticas muito as potenciam e agravam.

A fitófora é classificada como fungo, mas há especialistas que colocam essa doença noutra categoria.

Quanto á sócio-demografia :

- 98 % das explorações são privadas, o que implica o envolvimento das Intuições com as realidades locais de exploração detidas pelos privados ;

- os mesmos privados são sujeitos em mais 80 % da área do Alentejo a terem o PGF (desconhecendo-se a razão de Zif nas VGO em projectos candidatos ao PDR nessas explorações) ;

Concorda-se, inteiramente, com o referido, na página 328, que remete o sentido das ZIF para gestão comum de parcelas florestais abaixo de 5 hectares.

Concorda-se, em pleno, com o conjunto de Benefícios Ambientais do Montado referidos no quadro da pagina 50 do capítulo "C", mas relembra-se que os mesmos só existirão se se conseguir que o Montado se adapte às alterações climáticas em curso. Adicionaríamos o elevado valor paisagístico e de ordenamento do território.

Quanto ao elenco de benefícios socioeconómicos, propomos a adição de "manutenção de mão de obra especializada e com valor retributivo elevado" (que será posta em causa, caso não se desenvolvam as necessárias acções para aumentar a resiliência ambiental do Montado).

3.4 - As Accções futuras - Um PROF mais dirigido e um Feader/PDR efectivo com dotação para a região Alentejo e para o Montado de sobro

O PROF-Alentejo é um documento orientador, com uma base descritiva ampla.

Já se referiu que, sobretudo, a parte climática, deste documento em discussão pública, carece de melhoria, mas mesmo o seu conteúdo actual, em conjunto com a evolução climática negativa sentida desde a seca de 2005 e a persistência de falta de precipitação desde 2015, especialmente preocupante, porque contínua, permite entender a importância acrescida de correctos modelos de gestão e da necessidade de investimento de suporte acrescido.

No final da década de 90, concebeu-se um Quadro Comunitário de Apoio na sequência dos estudos estratégicos promovidos pelo Governo presidido pelo Eng^o António Guterres, então com vista á potenciação do potencial produtivo nacional (estudo Agrogés/ BPI/ YakoPöyry/ CAP/ DGF) e na sequência do relatório Porter de 1993 e da importância do Cluster Florestal Nacional.

20 anos volvidos e pese o êxito do Programa Agro, porém exaurido em 2004, questões políticas, climáticas e outras retiraram ímpeto ao investimento florestal, ao mesmo tempo em que se agravam as condições de vida do arvoredo.

Assim, é absolutamente necessário afinar a bússola para a persistência da mancha florestal nacional, com foco na zona e tipologia onde a mesma está mais ameaçada, o Alentejo e o seu Montado de Sobro.

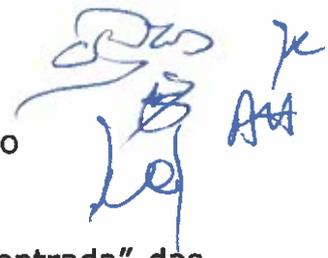
O PROF Alentejo tem de ser claro nesta mensagem.

Porque as alterações de clima caminham de Sul para Norte e porque já tem, hoje, uma intensidade muito perigosa.

E, porque, o Montado Alentejano é a parte mais importante do Montado Nacional e uma das principais actividades na região.

No capítulo E, referem-se e de forma acertada, as normas de condução do Montado.

Porém, hoje há mais necessidade em recorrer e implementar vagas de adensamento.



Ficha de Participação

Já se referiu, acima, que as "clareiras" são uma "porta de entrada" das alterações climáticas no Montado de Sobro. Tem de ser fechadas.

O quanto antes.

Aliás, de nada serve lançar concursos do PDR para adensamento do Montado, como em Junho de 2017, de valor limitado a 9 milhões de euros, sem medidas complementares, por exemplo, de recuperação de solos e, sobretudo, sem prever, especificamente, a rega gota-a-gota, pelo menos onde tal for viável.

E esta necessidade não é de agora, foi evidenciada a partir da seca de 2005.

O Projecto RegaSuber, desenvolvido na Universidade de Évora, destinado a testar a desboia em tempo mais curto, pode e deve ser aproveitado para tirar ilações quanto a dotações mínimas necessárias ao suporte do fecho de clareiras em adensamento assistido.

Pelo menos, para simular as condições climáticas ancestrais de crescimento do sobreiro até á fase adulta.

Para além de desenvolver a importância do fecho de clareiras e da regeneração assistida, reafirma-se que o PROF tem de recomendar um muito maior cuidado com os solos.

É através do solo que o sobreiro vai tentar encontrar os meios de subsistência.

Se a falta de água no solo (e na humidade do ar) lhe dificulta a vida, então há-que melhorar / aumentar, bastante, nutrientes como o cálcio, o magnésio e o zinco (isto já é sabido, desde o Prof. Natividade) e, claro, garantir doses significativas do sempre escasso fósforo, bem como quantidades suficientes de potássio e azoto.

Aumentar as dotações minerais de forma relativamente intensa é dar maior oportunidade ao arvoredado para se nutrir quando chove !

Outro aspecto é a matéria do sobcoberto.

Abordam-se as pastagens -que preferimos chamar de "culturas permanentes melhoradoras de solos", porque primariamente ao serviço do solo, da captação de carbono da atmosfera e do arvoredado - mas não se refere a importância duma elevada percentagem de leguminosas de sementes duras / persistentes nas mesmas.

Ficha de Participação

Afastam o perigoso mato (combustível e concorrente hídrico no Verão) e aportam nitrogénio, de forma orgânica, ao solo e ao arvoredo.

E, melhor ainda, os sistemas radiculares das plantas, estruturam o solo e fazem aumentar a matéria orgânica (cerca de 1 % em 8 anos) melhorando a capacidade de captação da pouca água da chuva.

Portanto, mesmo sendo o PROF um documento geral (e tão extenso, como descritivo) deve apontar caminhos - conhecidos há muito - para o investimento no Montado de Sobro, caminhos que já eram (boas) opções no passado e, que agora, afiguram-se, como inevitáveis e mitigadores das alterações climáticas.

Os modelos de Silvicultura têm de passar a ser complementados com ações de melhoramento de solos.

E, integrar a rega como "life support systems".

Uma última palavra para o financiamento das intervenções necessárias para adaptar o Montado de Sobro às alterações climáticas.

No passado sempre existiu, com o fito claro de proteger e desenvolver culturas florestais de ciclo muito longo, como o Montado de Sobro, mas para a qual se reconheciam bens inestimáveis a nível económico (incluindo de imagem do País !), social, de ordenamento de território e ambiental, um orçamento de ajudas (de maioria comunitária, diga-se) para cada ciclo de 6 anos.

Mantendo-se o desígnio sócio-económico anterior, acresce, agora, a absoluta necessidade de pugnar pela sobrevivência do Montado de Sobro às alterações climáticas em curso.

Não é, lamentavelmente, o que está a acontecer hoje com concursos de valor baixíssimo na Medida 815 (a medida florestal de resiliência ambiental do PDR) que não chega a cobrir 10 % da Procura de apoios nesta matéria de adaptação climática, recorrendo-se, ainda, e de forma crescente, a artifícios na VGO, como pertença a ZIF, para tentar restringir o acesso ao máximo, ao PDR, às explorações florestais do Alentejo.

E, indo-se ao cumulo de retirar da formula de ponderação e ordenamento das candidaturas (a dita VGO), o factor de apreciação mais importante : a "valia-ambiental do projecto" !

O PROF Alentejo tem de ser muito claro : O Alentejo tem de ter um orçamento minimamente suficiente para ajudar o Montado de Sobro (e de Azinho) a enfrentar as alterações climáticas.

DISCUSSÃO PÚBLICA
28 de dezembro de 2017 a 16 de fevereiro de 2018
PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALENTEJO

Ficha de Participação

Não só é necessário clarificar, de forma realística, o que será o clima no futuro no Alentejo, para determinar as medidas e o seu peso, como tem de haver um Programa com suporte financeiro com base no Orçamento de Estado e no FEADER.

Não é aceitável que o Estado Português dedique apenas 13,3 milhões de euros anuais do Orçamento Nacional, para suporte ao investimento e defesa da Floresta Nacional ; tal significa, aliás, pouco mais do que 4 euros por hectare e por ano.

Longe, muito longe, das necessidades e, mesmo, sendo valor que se pode considerar caricato.

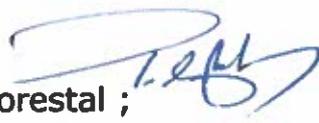
No Alentejo e em todo o País.

Évora, 16-02-2018. Subscrevem este "Parecer" :

→Francisco Jacinto Lopes – Engenheiro Silvicultor ; 

→Carlos D' Orey – Subericultor e Director da Confraria do Sobreiro e da Cortiça ; 

→José Mira Potes – Professor, especialista em sistemas Silvo-pastoris ; 

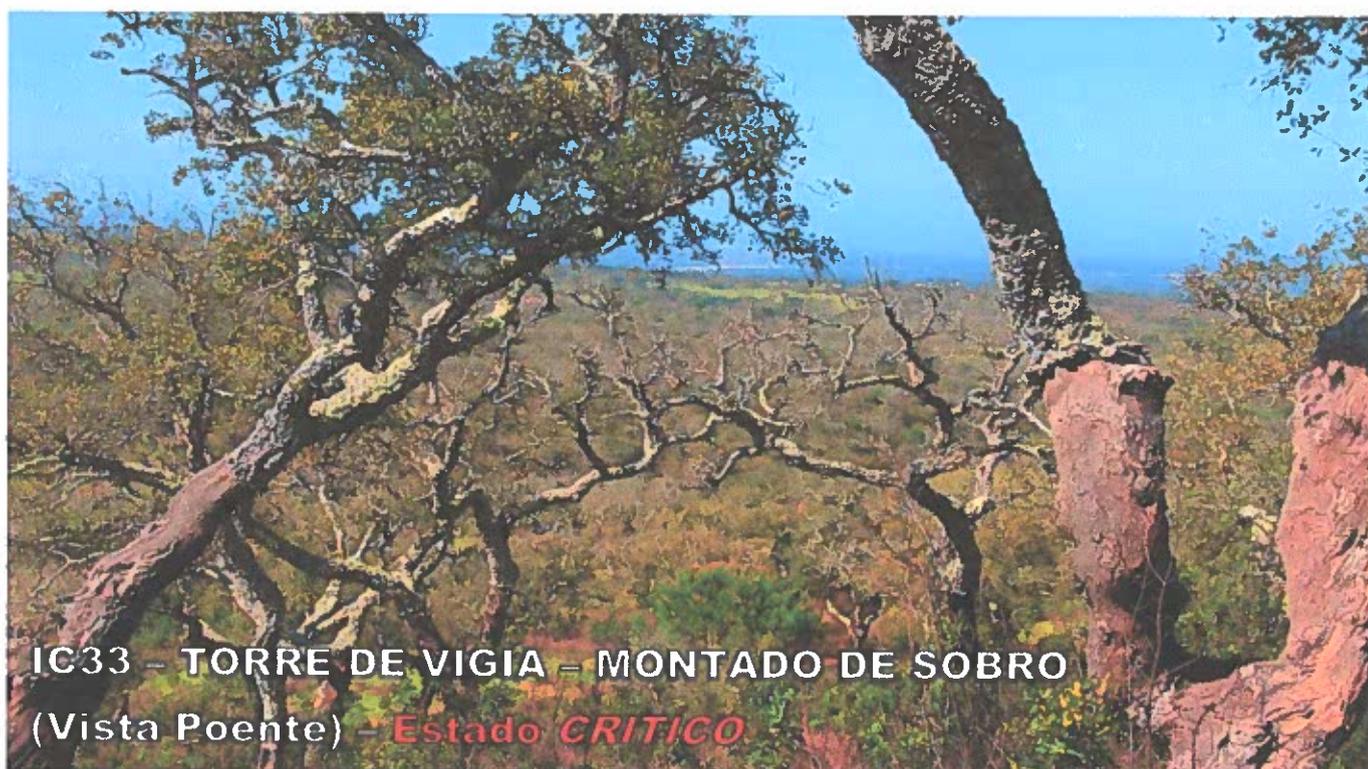
→Pedro Teotónio Pereira Marques de Sousa – Gestor Florestal ; 

→José Albuquerque – Consultor Florestal ; 

→Luís Domingos – Consultor Florestal . 

“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” – Fotos ilustrativas do impacto das alterações climáticas nos vários Montados/Concelhos

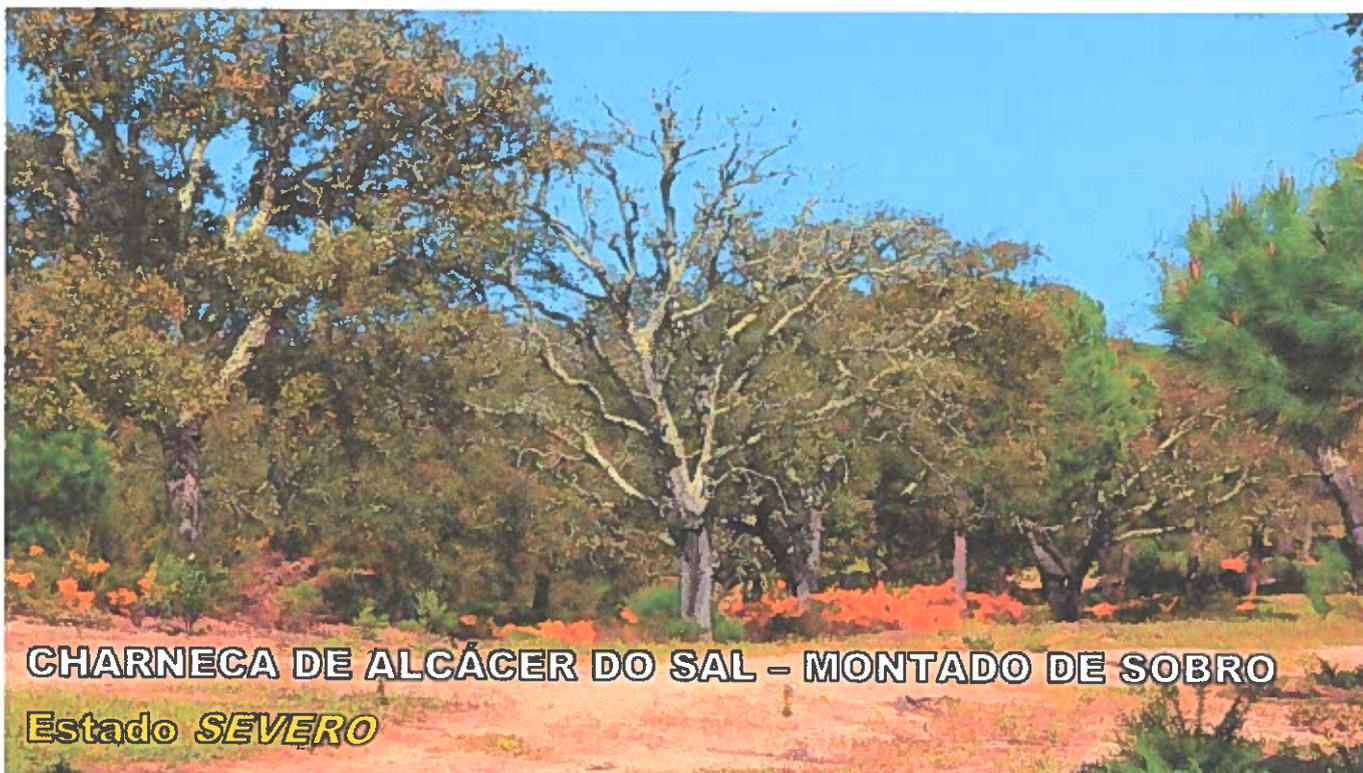
Anexo VII



“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” – Fotos ilustrativas do impacto das alterações climáticas nos vários Montados/Concelhos



CHARNECA DE GRÂNDOLA – MONTADO DE SOBRO
Estado CRÍTICO



CHARNECA DE ALCÁGER DO SAL – MONTADO DE SOBRO
Estado SEVERO

“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” – Fotos ilustrativas do impacto das alterações climáticas nos vários Montados/Concelhos



“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” – Fotos ilustrativas do impacto das alterações climáticas nos vários Montados/Concelhos



“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” – Fotos ilustrativas do impacto das alterações climáticas nos vários Montados/Concelhos



“Iniciativa Pró-Montado Alentejo” – Fotos ilustrativas do impacto das alterações climáticas nos vários Montados/Concelhos

